



N.º 17

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
REALIZADA NO DIA QUINZE DE
DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E
TRÊS / DO MANDATO 2021/2025.**

1 Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, no
2 Palácio D. Manuel, reuniu a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

3
4 **I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

5
6 **II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

7
8 A) Proposta de aprovação das Atas nº 14 de 17 de junho e da nº 15 de 29 de setembro.

9
10 **III. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

11 Nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal apresenta
12 os seguintes pontos:

13
14 **1. Proposta de Calendarização das Sessões Ordinárias da Assembleia Municipal**
15 **de Évora para o ano de 2024.**

16 **2. Representação da Assembleia Municipal em Comissões e Conselhos:**

17 a) Comissão Municipal de Proteção Civil;

18 b) Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;

19 c) Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

20
21 Nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta os
22 seguintes pontos:

23
24 **3. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem**
25 **como a situação financeira do mesmo – Para conhecimento;**

26 **4. Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2024;**

27 **5. Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Évora para o ano de 2024;**

28 **6. Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora/**
29 **Atualização de valores para o ano de 2024;**

30 **7. Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais no ano de 2024, no**
31 **âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;**

32 **8. Contratação de Eventuais Empréstimos de Curto Prazo, no ano de 2024, para**
33 **acorrer a dificuldades de Tesouraria;**

34 **9. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2024;**

35 **10. Derrama para 2024;**

36 **11. Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2024;**

- 1 **12. Participação Variável no IRS para 2024;**
2 **13. Contratação de empréstimo bancário de médio e longo prazo para**
3 **financiamento de investimentos;**
4 **14. Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Évora;**
5 (Retirado por indicação da Câmara Municipal)
6 **15. Celebração de Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de**
7 **Escolas do Concelho de Évora para o ano de 2024;**
8 **16. Regulamento Municipal – INCLUIR-TE;**
9 **17. Regulamento de Transmissão áudio/vídeo em direto e online das Reuniões dos**
10 **Órgãos do Município de Évora;**
11 **18. Constituição do Conselho Municipal de Saúde de Évora (CMSE);**
12 **19. Relatório Trimestral de Gestão e de Execução Orçamental – 1º semestre de**
13 **2023 da Habévora, E.M. – Para conhecimento;**
14 **20. Relatório de Revisão às Demonstrações Financeiras do Município de Évora**
15 **do 1º Semestre de 2023 – Para conhecimento**
16

17 **IV – PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

18
19 O **Presidente da Assembleia Municipal**, Jorge Araújo, não compareceu à reunião, mas fez-
20 se substituir pelo 1º Secretário, Deputado Ananias Quintano, nos termos do Artigo 19, ponto
21 3, do Regimento da AME.

22
23 O **Presidente da Assembleia Municipal, em substituição**, propôs para o lugar de 1º
24 Secretário a Deputada Bernarda Cota, que mereceu a concordância de todos os membros da
25 Assembleia Municipal.

26
27 O **Presidente da Assembleia Municipal, em substituição**, abriu a sessão cumprimentando o
28 senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os Deputados Municipais, o público
29 presente, os que acompanham remotamente e todos os técnicos e funcionários que asseguram
30 o funcionamento da Assembleia.

31
32 Estiveram presentes os membros da mesa:

33 **Presidente em substituição - Ananias Delfim Courelas Quintano**

34 **1º Secretário - Bernarda Julieta da Noite Cota**

35 **2ª Secretária - Maria da Nazaré Pereira Lança**
36

37 Procedeu à chamada dos deputados municipais eleitos, verificando as seguintes presenças:

38 **Presentes:**

39 - Maria Clara Canotilho Grácio

40 - Luís José Valentim Matos (em substituição de Paula Cristina Nobre de Deus)

41 - Maria Paula Alves Bagio Cadete Pita (em substituição de João Manuel Fialho de Sousa)

42 - Maria Elmina Gouveia Barreira Lopes

43 - Ângela Manuel Marques Caeiro (em substituição de Diogo Costa Freitas Pestana
44 Vasconcelos)

45 - Natanael José Carvalho da Vinha

46 - José Maria Rodrigues Figueira

47 - Ana Beatriz Mayorga Perez Cardoso

48 - Paulo José Veiga Ribeiro (em substituição de Maria Cristina Correia Santos Mata)

- 1 - Ana Raquel Simões de Abreu Taboleiros
- 2 - Lília Graciete Zambujo Fidalgo
- 3 - João Gonçalo Rebelo Fernandes Costa
- 4 - João Francisco Baeta Rebocho Simas (em substituição de Gertrudes da Conceição Gomes
- 5 Pastor)
- 6 - Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
- 7 - Bruno Manuel dos Santos Martins
- 8 - Joaquim José Pombinho Faria
- 9 - António João Tonaco Gavela
- 10 - Luís Maria Nunes dos Santos
- 11 - Ricardo José Balixa Sacristão Cardoso
- 12 - Luís Carlos Fialho Pardal
- 13 - Luís Miguel Parreira Caraça (em substituição de Jorge Quina Ribeiro de Araújo)
- 14 - Isidro José de Oliveira Lobo
- 15 - Redolfo Constantino Pereira
- 16 - José Vitorino Piteira
- 17 - Joaquim António Filipe Pimpão
- 18 - David Miguel Mirrado Lopes
- 19 - Florinda da Conceição Mendes Carvalho Russo
- 20 - Luis Miguel Caeiro Nico Ramalho
- 21 - Lúcio Gabriel Ludovico Guerreiro
- 22 - Francisco Manuel Branco de Brito

23

24 A Câmara Municipal fez-se representar por:

- 25 - Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá
- 26 - Bárbara Cristina Lopes Morais da Cruz Tita (em substituição de José Gabriel Paixão
- 27 Calixto)
- 28 - Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim-Sim
- 29 - Alexandre Manuel Rosa Varela
- 30 - Lurdes Judite Dionísio Pratas Nico
- 31 - Manuel Pedro Martins Santos Chambel dos Giões (em substituição de Patrícia José Correia
- 32 Raposinho)
- 33 - João António Velhinho Simões (em substituição de Florbela da Luz Descalço Fernandes)

34

35 I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

36

37 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao período de intervenção do público e
38 questionou se alguém pretendia intervir, não tendo havido nenhum pedido.

39

40 II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

41

42 A) Proposta de aprovação das Atas nº 14 de 17 de junho e da nº 15 de 29 de setembro.

43

44 **Deliberação da Ata nº 14 de 17-06-2023:**

45 **Aprovada por unanimidade.**

46

47 Os deputados municipais Luís Miguel Parreira Caraça (PS), Ângela Manuel Marques Caeiro
48 (Coligação Mudar com Confiança), Luís José Valentim Matos (PS), Paulo José Veiga Ribeiro
49 (MCE), João Francisco Baeta Rebocho Simas (CDU), Luís Maria Nunes dos Santos
50 (Coligação Mudar com Confiança), Maria da Nazaré Pereira Lança (PS), António João
51 Tonaco Gavela (CDU), Joaquim António Filipe Pimpão (CDU), David Miguel Mirrado Lopes
52 (MICAZA), Francisco Manuel Branco de Brito (Coligação Mudar com Confiança) e Ricardo

1 José Balixa Sacristão Cardoso (Chega), não votaram por não terem estado presentes na sessão
2 a que a ata diz respeito.

3 **Deliberação da Ata nº 15 de 29-09-2023:**

4 **Aprovada por unanimidade.**

5
6 Os deputados municipais Luís Miguel Parreira Caraça (PS), Ângela Manuel Marques Caeiro
7 (Coligação Mudar com Confiança), Luís José Valentim Matos (PS), Joaquim José Pombinho
8 Faria (MCE), Ana Beatriz Mayorga Perez Cardoso (PS), José Vitorino Piteira (MMPI), não
9 votaram por não terem estado presentes na sessão a que a ata diz respeito.

10
11 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que receberam 6 moções e 1 voto de pesar,
12 e seguindo a ordem que lhe foi presente, solicitou à bancada do Movimento Cuidar de Évora
13 que procedesse à apresentação da Moção **“Pelo direito e liberdade de expressão”**.

14
15 **A deputada Maria Paula Pita** procedeu à leitura da moção à Assembleia, a qual se transcreve
16 na íntegra:

17 *“No pretérito dia 9 de dezembro, Narges Mohammadi, prémio Nobel da Paz do ano de 2023,*
18 *presa no Irão por defender os direitos das mulheres e crianças e os direitos humanos,*
19 *iniciava, na sua cela, e após torturada e chicotada, uma greve de fome, na mesma altura em*
20 *que os seus filhos gémeos, com 17 anos de idade, recebiam, em Oslo, o prémio com o qual foi*
21 *distinguida.*

22 *Em pleno século vinte e um, assistimos ainda em algumas nações e não só no Irão, à privação*
23 *de liberdades religiosas ou outras e são condenadas e torturadas vítimas indefesas e frágeis*
24 *que procuram, pelas suas ações, nos seus países, mudar o rumo dos acontecimentos e,*
25 *simultaneamente, pedem ajuda internacional.*

26 *Num mundo onde proliferam guerras, conflitos, perseguições, torturas e atentados aos*
27 *direitos humanos, a fé e a força de lutadoras e lutadores como Narges são um exemplo para*
28 *toda a Humanidade. São pessoas que não desistem dos seus ideais e convicções.*

29 *Fazemos votos para que tenham forças para continuar a lutar, a dar voz aos oprimidos e a*
30 *mostrar que, com persistência, a mudança será possível independentemente de todas as*
31 *contrariedades e obstáculos que possam surgir.*

32 *Nesta data e nesta Assembleia, lembramos todos e todas as que sofrem atrocidades por*
33 *pensarem de maneira diferente, por lutarem por sociedades mais dignas, humanas, fraternas*
34 *e solidárias e por se tornarem os novos mártires deste século.”*

35
36 **A deputada Elmina Lopes** informou que a Bancada da CDU iria votar favoravelmente aquela
37 moção.

38
39 **O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição,** agradeceu a intervenção da eleita
40 e, não verificando mais pedidos, submeteu a presente moção a votação.

41
42 **Deliberação da Moção “Pelo direito e liberdade de expressão”:**

43 **Aprovada por unanimidade,** com 31 presenças verificadas.

44
45 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada do Movimento Cuidar de Évora
46 que procedesse à apresentação da moção **“75 Anos da Declaração Universal dos Direitos**
47 **Humanos”**.

48
49 **A deputada Maria Paula Pita** procedeu à leitura da moção à Assembleia, a qual se transcreve
50 na íntegra:

1 *“No dia 10 de dezembro do ano de 1948, a Organização das Nações Unidas proclamava a*
2 *Declaração Universal dos Direitos Humanos. Hoje, tal como há 75 anos, é cada vez mais*
3 *necessário continuar a apelar aos governantes de todo o mundo para que respeitem os*
4 *princípios consignados nesse documento, que os conflitos entre nações sejam resolvidos, que*
5 *continuem a realizar ações para erradicar, ou no mínimo, minorar a pobreza, que a Paz entre*
6 *as nações possa disseminar-se e contribuir para sociedades mais justas, mais fraternas e mais*
7 *solidárias e para que não se destrua mais o nosso planeta, o que implica também maior*
8 *proteção no aspeto ambiental.*

9 *A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento com princípios, que a serem*
10 *respeitados, pode contribuir em larga escala para um mundo diferente daquele que temos*
11 *hoje. Os direitos fundamentais são de todos e para todos, a pobreza pode ser diminuída ou*
12 *erradicada, a liberdade pode ser efetivamente aplicada, as guerras e os conflitos terão de ter*
13 *um fim, porque, de outra forma, destruiremos muito brevemente o planeta em que habitamos*
14 *e a Humanidade que, ao longo dos séculos temos construído.*

15 *Esta assembleia regozija-se por que possamos manter e divulgar os princípios universais*
16 *propostos nesta declaração com vista a preservar a Humanidade e construir um futuro melhor*
17 *para todos os povos.*

18 *Fazemos votos para que cada um de nós, e no nosso meio envolvente, possa contribuir para*
19 *todas as justas reivindicações dos princípios consignados no documento, bem como possamos*
20 *divulgar, cada vez mais, esses mesmos princípios.”*

21
22 **O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição,** verificando não haver pedidos de
23 intervenção, submeteu a presente moção a votação.

24
25 **Deliberação da Moção “75 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos”:**
26 **Aprovada por unanimidade,** com 31 presenças verificadas.

27
28 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao deputado do Bloco de Esquerda que
29 procedesse à apresentação da moção **“Dia Internacional pela eliminação da violência**
30 **contra as mulheres (25 de novembro)”**.

31
32 **O deputado Bruno Martins** procedeu à leitura da moção à Assembleia, a qual se transcreve
33 na íntegra:

34 *“No dia 25 de novembro assinalou-se o dia internacional pela eliminação da violência contra*
35 *as mulheres.*

36 *Dados mundiais indicam que uma em cada três mulheres já foi alvo de violência física e/ou*
37 *psicológica e, em geral, são os seus próprios companheiros ou ex-companheiros os*
38 *agressores. Atrás destes números estão mulheres e raparigas reais, de todas as origens e*
39 *lugares.*

40 *Em Portugal, a violência de género é estrutural e evidente a cada ano que passa. Só no*
41 *primeiro semestre de 2023, de acordo com dados oficiais, foram assassinadas 10 mulheres, 7*
42 *das quais “vítimas de homicídio voluntário em contexto de Violência Doméstica”.*

43 *Segundo dados do Observatório das Mulheres Assassinadas, em 2022, 35 mulheres foram*
44 *assassinadas em Portugal. Já nos primeiros nove meses de 2023, foram assassinadas 14*
45 *mulheres no mesmo contexto. Os femicídios, assassinato de mulheres por serem mulheres,*
46 *são o resultado de um contexto de várias violências, tantas vezes ignoradas e silenciadas.*

47 *O Relatório Anual de Segurança Interna mais recente revela que, em 2022, foram registadas*
48 *30.488 queixas de violência doméstica, um aumento de 15% face ao ano anterior. A marca*
49 *de género desta violência é evidente. Mulheres e raparigas representam a esmagadora*
50 *maioria das vítimas deste crime (72,4%), enquanto que a maioria dos denunciados são*
51 *homens (80,2%).*

1 Ao nível dos crimes sexuais, continua a destacar-se o abuso sexual de crianças (onde as
2 meninas representam 82% dos casos e 93.5% dos arguidos são homens) e o crime de violação,
3 com 519 denúncias (uma subida de 30,7% face ao ano anterior) das quais 93,6% dizem
4 respeito a vítimas mulheres e 97,7% a arguidos homens.

5 Não devemos esquecer que o risco de se ser alvo de violência aumenta quando o género
6 feminino se cruza com outras identidades oprimidas. Dados relativos aos países da União
7 Europeia indicam que 34% das mulheres com problemas de saúde ou com deficiência já
8 foram agredidas física e/ou sexualmente por um companheiro. Acresce que Portugal é um dos
9 três países da UE que ainda faz esterilização de meninas.

10 Em Portugal registaram-se ainda 190 registos de Mutilação Genital Feminina em 2022, com
11 consequências para a saúde destas mulheres. As mulheres migrantes sofrem também uma
12 violência estrutural. De igual forma, os dados mundiais de 2022 relativos à violência contra
13 pessoas trans mostram que 95% das assassinadas eram do género feminino.

14 Estamos perante dados nacionais e mundiais que não representam uma novidade, mas que
15 todos os anos devemos lembrar para que não se caia na armadilha daqueles que continuam
16 a dizer que está tudo bem, quando a violência contra as mulheres continua a ser exercida
17 sobre várias formas.

18 De igual forma, no plano municipal devem continuar a envidar-se todos os esforços para que
19 existam políticas públicas não só de prevenção da violência, mas também de apoio.

20 Eliminar a violência contra as mulheres é condição incontornável para uma sociedade justa
21 e igualitária: os direitos das mulheres são direitos humanos. A tarefa de reforço da
22 sensibilização, proteção e resposta aos crimes de violência doméstica e de género é uma
23 tarefa nacional e local, de todos e todas nós.

24 Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Évora reunida a 15 de dezembro de 2023, delibera:

- 25 1. Prestar homenagem a todas as mulheres assassinadas em contexto de violência
26 doméstica, reconhecendo a necessidade de combater a misoginia e a violência de
27 género em todas as esferas da sociedade.”

28
29 **A deputada Ana Beatriz Cardoso** disse que se associaria, sem dúvida nenhuma, àquela
30 moção, que o facto de se nascer mulher, continua a ser condição para viver um conjunto muito
31 variado de desigualdades, nas mais variadas formas de vida, seja no trabalho, na própria
32 família e até, inclusivamente, na política e informou que entre o dia 25 de novembro e o dia
33 10 de dezembro são comemorados, a nível internacional, os 16 dias de ativismo contra a
34 violência doméstica. Sendo, precisamente, no dia 25 de novembro o Dia Internacional de
35 Combate a todas as formas de violência, exercidas contra mulheres e raparigas, e no dia 10 de
36 dezembro o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

37
38 **O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição**, agradeceu a intervenção da eleita
39 e não verificando mais pedidos, submeteu a presente moção a votação.

40
41 **Deliberação da Moção “Dia Internacional pela eliminação da violência contra as**
42 **mulheres (25 de novembro)”**;

43 **Aprovada por unanimidade**, com 31 presenças verificadas.

44
45 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Bancada da CDU que procedesse à
46 apresentação do voto de pesar “**Pelo falecimento de Manuel Gusmão**”.

47
48 **A deputada Lilia Fidalgo** procedeu à leitura do voto de pesar à Assembleia, o qual se
49 transcreve na íntegra:

50 “O professor, poeta e escritor Manuel Gusmão nasceu em Évora, em 1945 e faleceu, em
51 Lisboa, no passado dia 9 de novembro.

1 *Foi professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde lecionou*
2 *desde os 26 anos até à sua aposentação em 2006. Sobre essa etapa refere Manuel Tamen que*
3 *“para além dos seus muitos outros méritos, foi, sem margem para dúvidas, um dos grandes*
4 *professores de literatura da Faculdade”.*

5 *Manuel Gusmão licenciou-se em Filologia Românica em 1970, com uma tese dedicada à*
6 *poesia dramática de Fernando Pessoa e doutorou-se com uma tese sobre a Poética de Francis*
7 *Ponge, em 1987. Foi fundador da Associação Portuguesa de Literatura Comparada e é*
8 *considerado uma figura ímpar da poesia portuguesa.*

9 *Militante do PCP participou na luta contra a ditadura fascista e, em 1975, foi eleito deputado*
10 *à Assembleia Constituinte pelo círculo de Évora e à Assembleia da República entre 1976 e*
11 *1979.*

12 *Poeta, ensaísta, tradutor, crítico literário, professor universitário, Manuel Gusmão*
13 *notabilizou-se como um dos nomes marcantes da literatura e da cultura portuguesa dos*
14 *séculos XX e XXI.*

15 *A sua obra foi amplamente reconhecida e premiada, tendo recebido, entre outros, o Prémio*
16 *PEN Clube Português para melhor obra de poesia em 1997 e em 2009, o Grande Prémio de*
17 *Poesia da Associação Portuguesa de Escritores e o Prémio de Poesia Luís Miguel Nava em*
18 *2001, o Prémio de Poesia António Gedeão, em 2014 e o Prémio Vergílio Ferreira, pelo*
19 *conjunto da sua obra literária, em 2005.*

20 *Foi distinguido pelo Estado português com a Medalha de Mérito Cultural, em 2019 em*
21 *“reconhecimento do inestimável trabalho de uma vida dedicada à produção literária e à*
22 *poesia”.*

23 *A Associação Portuguesa de Autores, a Câmara Municipal de Évora e a CIMAC (Associação*
24 *que reúne os 14 Municípios do Alentejo Central) acordaram instituir, meses antes da sua*
25 *morte, o Grande Prémio de Ensaio Manuel Gusmão, como reconhecimento desta figura maior*
26 *da cultura portuguesa, o qual, na sua 1ª edição, foi entregue em cerimónia que decorreu em*
27 *Évora no dia 14 de novembro último.*

28 *A Assembleia Municipal de Évora, reunida em sessão ordinária, no dia 15 de dezembro de*
29 *2023, expressa o seu pesar pelo falecimento de Manuel Gusmão, endereça aos seus familiares*
30 *e ao PCP as suas condolências e respeita um minuto de silêncio em sua memória.”*

31
32 **O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição,** verificando não haver pedidos de
33 intervenção, submeteu o presente voto de pesar a votação.

34
35 **Deliberação do Voto de Pesar “Pelo falecimento de Manuel Gusmão”:**
36 **Aprovada por unanimidade,** com 31 presenças verificadas.

37
38 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou os eleitos e os cidadãos presentes que a
39 Assembleia iria realizar um minuto de silêncio, em homenagem a Manuel Gusmão.

40
41 **O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição,** solicitou à Bancada da CDU que
42 procedesse à apresentação da Moção **“Sobre a situação humanitária em Gaza”**.

43
44 **O deputado João Simas** procedeu à leitura da Moção à Assembleia, a qual se transcreve na
45 íntegra:

46 *“Os acontecimentos recentes, de escalada do conflito no território da Palestina em*
47 *consequência da não resolvida convivência entre os Estados palestino e israelita, criaram*
48 *uma situação humanitária de proporções trágicas naquela zona do globo.*

49 *As instituições internacionais e a maioria dos estados têm condenado os ataques do Hamas*
50 *a cidadãos indefesos e consideram inadmissível, face às convenções internacionais, que*

1 *continuem reféns civis em paradesiros desconhecidos, exigindo, por isso a sua libertação*
2 *imediate e incondicional.*

3 *A resposta do Estado de Israel, que tem, como potência ocupante, a obrigação de proteger os*
4 *direitos das populações, tem sido brutal e sistemática, sendo atualmente impossível*
5 *haver qualquer lugar seguro na Faixa de Gaza.*

6 *A situação humanitária em Gaza é catastrófica, como reiteradamente tem afirmado o*
7 *secretário-geral das Nações Unidas, referindo o povo palestino numa situação sufocante*
8 *desde há 56 anos. Num território exíguo e superpovoado, de onde nem sequer é possível fugir,*
9 *temos assistido a um bombardeamento sistemático por parte das Forças Armadas de Israel,*
10 *com a morte de milhares de civis, cerca de metade crianças, bem como de funcionários das*
11 *Nações Unidas e organizações humanitárias não governamentais e jornalistas. As privações*
12 *de energia, de alimentos, de medicamentos, de água, a destruição de habitações, de hospitais,*
13 *escolas, e do saneamento básico, fazem temer, não apenas o presente, como o futuro das*
14 *populações, principalmente das crianças, sujeitas desde há muitos anos a ataques sucessivos,*
15 *medos, insegurança e traumas, bem como o recrudescer de epidemias.*

16 *Acresce que a maioria dos palestinos já vivia em situações precárias, sendo a maior*
17 *parte das famílias refugiadas, expulsas das suas terras, sucessivamente desde 1948, com*
18 *deportação ou transferência à força de toda uma população, à semelhança de outros seus*
19 *compatriotas que vivem em campos de refugiados na Cisjordânia, Jordânia, Líbano e outros*
20 *países. Trata-se já de uma sujeição intencional de um povo a condições de vida pensadas*
21 *para provocar a sua destruição física total e parcial, situação mais do que suficiente para*
22 *intervenção do Tribunal Penal Internacional, de acordo com o Estatuto de Roma.*

23 *Por outro lado, continua-se a ocupação da Cisjordânia e Jerusalém Oriental, com um sistema*
24 *de controlo que impede a livre circulação dentro dos territórios, instalação de milhares de*
25 *colonatos ilegais ao longo dos anos e milícias armadas, protegidas pelo exército, expulsando*
26 *a população palestina das suas terras e casas, com inúmeras mortes e prisões*
27 *indiscriminadas de indivíduos, muitos deles menores, que continuam nas prisões sem*
28 *qualquer julgamento.*

29 *A comunidade internacional, através das Nações Unidas, aprovou várias resoluções,*
30 *nomeadamente a rescisão das reivindicações territoriais, o fim do estado de beligerância,*
31 *reconhecimento da soberania de dois estados, livres e seguros (resolução 242, em 1967 e*
32 *outras). O próprio estado de Israel participou nos acordos de Oslo, garantindo em tempos a*
33 *solução de dois estados, e a OLP, que deu origem à Autoridade Palestiniana, reconheceu o*
34 *Estado de Israel.*

35 *Urge parar a violação sistemática dos direitos humanos que a Assembleia Geral das Nações*
36 *Unidas estabeleceu em 1948, ao aprovar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na*
37 *sequência dos crimes de guerra, crimes contra a Humanidade e genocídios da Segunda*
38 *Guerra Mundial.*

39 *Assim, a Assembleia Municipal de Évora, reunida em 15 de dezembro de 2023, apela:*

40 *- Ao cessar-fogo imediato na Região;*

41 *- Ao respeito pelos Direitos Humanos, consagrados na Declaração Universal dos Direitos*
42 *Humanos;*

43 *- À implementação da solução de dois estados soberanos, no respeito pela soberania dos*
44 *povos, integridade dos territórios e das resoluções e acordos internacionais.”*

45

46 *A moção apresentada foi analisada e discutida por todas as bancadas, das diferentes forças*
47 *políticas, merecendo algumas alterações, consensualizadas por todos os deputados, tendo a*
48 *mesma ficado com a seguinte redação:*

49

1 “Os acontecimentos recentes, de escalada do conflito no território da Pales na em
2 consequência da não resolvida convivência entre os Estados palestino e israelita, criaram
3 uma situação humanitária de proporções trágicas naquela zona do globo.
4 As instituições internacionais e a maioria dos estados têm condenado os ataques do Hamas
5 a cidadãos indefesos e consideram inadmissível, face às convenções internacionais, que
6 continuem reféns civis em paradeiros desconhecidos, exigindo, por isso a sua libertação
7 imediata e incondicional.
8 A resposta do Estado de Israel, que tem, como potência ocupante, a obrigação de proteger os
9 direitos das populações, tem sido brutal e sistemática, sendo atualmente impossível haver
10 qualquer lugar seguro na Faixa de Gaza.
11 A situação humanitária em Gaza é catastrófica, como reiteradamente tem afirmado o
12 secretário-geral das Nações Unidas, referindo o povo palestino numa situação sufocante
13 desde há 56 anos. Num território exíguo e superpovoado, de onde nem sequer é possível fugir,
14 temos assistido a um bombardeamento sistemático por parte das Forças Armadas de Israel,
15 com a morte de milhares de civis, cerca de metade crianças, bem como de funcionários das
16 Nações Unidas e organizações humanitárias não governamentais e jornalistas. As privações
17 de energia, de alimentos, de medicamentos, de água, a destruição de habitações, de hospitais,
18 escolas, e do saneamento básico, fazem temer, não apenas o presente, como o futuro das
19 populações, principalmente das crianças, sujeitas desde há muitos anos a ataques sucessivos,
20 medos, insegurança e traumas, bem como o recrudescer de epidemias.
21 Acresce que a maioria dos palestinianos já vivia em situações precárias, sendo a maior parte
22 das famílias refugiadas, expulsas das suas terras, sucessivamente desde 1948, com
23 deportação ou transferência à força de toda uma população, à semelhança de outros seus
24 compatriotas que vivem em campos de refugiados na Cisjordânia, Jordânia, Líbano e outros
25 países. Trata-se já de uma sujeição intencional de um povo a condições de vida pensadas
26 para provocar a sua destruição física total e parcial, situação mais do que suficiente para
27 intervenção do Tribunal Penal Internacional, de acordo com o Estatuto de Roma.
28 Por outro lado, continua-se a ocupação da Cisjordânia e Jerusalém Oriental, com um sistema
29 de controlo que impede a livre circulação dentro dos territórios, instalação de milhares de
30 colonatos ilegais ao longo dos anos e milícias armadas, protegidas pelo exército, expulsando
31 a população palestiniana das suas terras e casas, com inúmeras mortes e prisões
32 indiscriminadas de indivíduos, muitos deles menores, que continuam nas prisões sem
33 qualquer julgamento.
34 A comunidade internacional, através das Nações Unidas, aprovou várias resoluções,
35 nomeadamente a rescisão das reivindicações territoriais, o fim do estado de beligerância,
36 reconhecimento da soberania de dois estados, livres e seguros (resolução 242, em 1967 e
37 outras). O próprio estado de Israel participou nos acordos de Oslo, garantindo em tempos a
38 solução de dois estados, e a OLP, que deu origem à Autoridade Palestiniana, reconheceu o
39 Estado de Israel.
40 Urge parar a violação sistemática dos direitos humanos que a Assembleia Geral das Nações
41 Unidas estabeleceu em 1948, ao aprovar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na
42 sequência dos crimes de guerra, crimes contra a Humanidade e genocídios da Segunda
43 Guerra Mundial.
44 Assim, a Assembleia Municipal de Évora, reunida em 15 de dezembro de 2023, apela:
45 - Ao cessar-fogo imediato na Região;
46 - À libertação incondicional de todos os reféns e presos políticos;
47 - Ao respeito pelos Direitos Humanos, consagrados na Declaração Universal dos Direitos
48 Humanos;
49 - À implementação da solução de dois estados soberanos, no respeito pela soberania dos
50 povos, integridade dos territórios e das resoluções e acordos internacionais.”
51

1 **O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição**, submeteu a presente moção a
2 votação.

3
4 **Deliberação da Moção “Sobre a situação humanitária em Gaza”:**
5 **Aprovada por unanimidade**, com 32 presenças verificadas.

6
7 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Bancada da Coligação Mudar com
8 Confiança que procedesse à apresentação da moção **“Hospital do Espírito Santo em Évora**
9 **- Constrangimentos de Funcionamento”**.

10
11 **O deputado Francisco Figueira** procedeu à leitura da Moção à Assembleia, a qual se
12 transcreve na íntegra:

13 *“O Hospital do Espírito Santo em Évora anunciou o encerramento do Serviço de Urgência*
14 *Pediátrica no dia 24/11 a partir das 21h00. Mantendo-se desde então variados*
15 *constrangimentos no seu funcionamento, que são publicamente assumidos desde 21 de*
16 *novembro.*

17 *No mesmo Hospital do Espírito Santo em Évora, o Serviço de Urgência Polivalente, anunciou*
18 *graves constrangimentos de funcionamento logo a partir do dia 19/11 nos serviços de*
19 *medicina interna e cirurgia geral, mantendo-se desde então variados constrangimentos no*
20 *seu funcionamento, que são publicamente assumidos.*

21 *No dia 18 de novembro, foi notícia pública que a VMER sediada no Hospital de Évora,*
22 *falhou o socorro a um grave acidente ocorrido na A6 perto de Montemor-o-Novo, tendo sido*
23 *a SIV de Alcácer do Sal, a ocorrer a essa emergência.*

24 *As viaturas do INEM na região do Alentejo, têm em média 18 anos de idade, e milhares de*
25 *km percorridos, encontrando-se em estado de obsolescência absoluta.*

26 *A situação de constrangimento no funcionamento do Serviço Nacional de Saúde tornou-se*
27 *insustentável, e na região do Alentejo assume ainda mais gravidade, porque a dimensão*
28 *geográfica do nosso território e a falta de oferta alternativa ao SNS, conduz as nossas gentes*
29 *à ausência de assistência e de socorro.*

30 *A Assembleia Municipal de Évora, em face da gravidade da situação, exorta o Ministério da*
31 *Saúde a intervir na situação de funcionamento do Hospital do Espírito Santo em Évora,*
32 *tomando as medidas de investimento e de gestão que se impõem, para pôr fim aos graves*
33 *constrangimentos que se verificam no seu funcionamento.”*

34
35 **O deputado Paulo Ribeiro** começou por cumprimentar todos os presentes, concordando com
36 a moção, apresentada pela Coligação Mudar com Confiança, referindo a importância das
37 diversas valências que o hospital presta ao concelho e à região. Neste sentido, afirmou que
38 iriam votar favoravelmente.

39
40 **A deputada Elmina Lopes** salientou que a luta em defesa do Serviço Nacional de Saúde é
41 longa, persistente e constante, pelo que é com grande preocupação que veem aquelas falhas,
42 que são o sinal do enfraquecimento do serviço, votando, assim, favoravelmente a moção.

43
44 **O deputado Gonçalo Costa** começou por dizer que, nos últimos anos, o Serviço Nacional de
45 Saúde foi contemplado em Orçamento de Estado com os maiores aumentos de dotação, na sua
46 história, e lembrou que o maior corte ocorreu entre 2011 e 2015, sendo que o facto de os
47 enfermeiros terem sido mandados emigrar ou saírem das suas zonas de conforto, são
48 expressões que não deverão ser esquecidas.

49 Considerou que a situação no Hospital do Espírito Santo, tal como em vários outros hospitais
50 do país, os preocupa sobrejamente, particularmente por fazer parte do concelho no qual têm
51 responsabilidades políticas acrescidas, e realçou que têm sido feitos esforços, por parte do

1 Ministério da Saúde, para resolver a situação. Acrescentou que estavam a decorrer diálogos e
2 negociações, com a Ordem dos Médicos, para resolver algumas das questões que têm
3 provocado condicionamentos, a nível do Serviço Nacional de Saúde, e, neste sentido, o
4 caminho estava a ser percorrido, mas não seria fácil por se tratar de um problema estrutural,
5 que subsiste há muitas décadas, e que sucessivos Governos têm tentado encontrar soluções.
6 Referiu que, apesar de não se reverem em algumas das articulações gramaticais utilizadas,
7 tendo em consideração a importância que o Hospital do Espírito Santo representa para a
8 população do concelho, iriam votar favoravelmente, mas não poderia deixar de mencionar
9 aquelas questões.

10
11 Relativamente ao memorando da Troica, que o PS assinou em 2011 e que o Engenheiro José
12 Sócrates trouxe para Portugal, e o Partido Socialista em particular, **o deputado Francisco**
13 **Figueira** afirmou ser evidente que todos os constrangimentos de que falaram resultaram da
14 falência e da banca rota, por isso compreendem a preocupação e a dificuldade do Partido
15 Socialista. Contudo, trata-se de uma publicação oficial da Administração do Hospital, e de
16 mais uma tabela de constrangimentos, porque está em causa a saúde na região e não o esforço
17 de quem lá trabalha, a todos os níveis, mas sendo o único hospital na região do Alentejo
18 apresenta constrangimentos graves de funcionamento. Realçou que a moção exortava a
19 possibilidade de uma ação política, que resolvesse os problemas, uma vez que se trata de um
20 direito básico, o acesso à saúde.

21
22 **A deputada Clara Grácio** cumprimentou todos os presentes e reiterou que é uma questão
23 fundamental de sobrevivência, lembrando que, há muito pouco tempo, o PCP apresentou
24 uma proposta, na Assembleia da República, exatamente para o reforço da garantia da
25 construção do Hospital Central do Alentejo, em que o PS votou contra e o PSD e a Iniciativa
26 Liberal se abstiveram, portanto afirma estarem realmente empenhados no Serviço Nacional
27 de Saúde.

28
29 **O deputado Gonçalo Costa** mencionou que a obra do Hospital Central do Alentejo tem a
30 responsabilidade e o cunho político do Partido Socialista, e que foi graças a este que saiu do
31 papel, encontrando-se em fase avançada de construção, tornando-se uma realidade que vai
32 beneficiar toda a população. Reitera ser graças ao Partido Socialista e não ao Partido Social
33 Democrata, que na altura impediu o desenvolvimento daquele projeto estruturante para a
34 região, que daqui a um ano vai ter um hospital de nível mundial, de primeira linha, com
35 capacidade de resposta para toda a região do Alentejo.

36
37 **O deputado Francisco Figueira** revelou a sua satisfação com a informação de que o hospital
38 iria estar em funcionamento dentro de um ano, porém afirma estar 40 anos atrasado, sendo
39 que poderiam ser menos se não se tivesse gasto o dinheiro de 15 hospitais, na privatização da
40 TAP, que foram, objetivamente, opções políticas. Reforçou que a votação para a Assembleia
41 refere-se ao hospital existente, que está aberto e com graves problemas de funcionamento, que
42 responde pela assistência médica, que urge responder e resolver.

43
44 **O deputado Gonçalo Costa** disse que realmente foram 40 anos de espera que, finalmente,
45 foram ultrapassados e que se dependesse do PSD seriam mais 40 anos.

46
47 **O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição**, agradeceu a intervenção dos
48 eleitos e não verificando mais pedidos, submeteu a presente moção a votação.

49
50 **Deliberação da Moção “Hospital do Espírito Santo em Évora - Constrangimentos de**
51 **Funcionamento”:**

1 **Aprovada por unanimidade**, com 32 presenças verificadas.

2
3 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Bancada da Coligação Mudar com
4 Confiança que procedesse à apresentação da Moção “**Conclusão do IP2 - Troço de ligação**
5 **Évora/São Manços - Estremoz**”.

6
7 **O deputado Francisco Figueira** procedeu à leitura da moção à Assembleia, a qual se
8 transcreve na íntegra:

9 *“Desde há mais de duas décadas que o Povo do Alentejo aguarda a conclusão da construção*
10 *do IP2, no troço de ligação Évora/São Manços-Estremoz; cuja incompletude estrangula o*
11 *desenvolvimento económico da região, e acarreta sérios riscos rodoviários, ambientais e*
12 *urbanísticos.*

13 *A sua não conclusão, além de desestruturar a rede rodoviária regional e estrangular o*
14 *desenvolvimento da base económica regional, dificulta o acesso das populações da zona dos*
15 *mármoreos (concelhos de Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Alandroal) à zona sul do distrito de*
16 *Évora e do país, e obriga diariamente ao atravessamento da cidade de Évora por centenas*
17 *de viaturas, incluindo pesados de transporte de matérias perigosas.*

18 *A obra de conclusão do IP2, no troço de ligação Évora/São Manços – Estremoz, está inscrita*
19 *no PRR, mas incompreensivelmente, continua sem desenvolvimento visível.*

20 *A Assembleia Municipal de Évora, exorta o próximo governo a concluir a construção do IP2,*
21 *no troço de ligação Évora/São Manços – Estremoz, concluindo uma via rodoviária que é*
22 *âncora e motor de desenvolvimento da base económica regional, bem como elemento*
23 *potenciador de uma verdadeira política de coesão territorial; fazendo justiça às populações*
24 *da região, que aguardam a sua conclusão há mais de duas décadas.”*

25
26 **O deputado Francisco Figueira** sublinhou que a moção era sobre o momento atual de uma
27 obra estrutural, essencial para o desenvolvimento da região e da cidade e que a sua conclusão,
28 deveria ser preocupação de todos os eborenses, de forma a que todos pudessem usufruir
29 daquelas infraestruturas.

30
31 **O deputado José Figueira** informou que, obviamente, a CDU iria votar favoravelmente
32 aquela moção, referindo que o PSD, ao fim de todos aqueles anos, se preocupou com a
33 conclusão do IP2, recordando que em sede daquela mesma Assembleia, em 25 de julho de
34 2021, a CDU fez aprovar a sua moção, sobre aquela matéria, com os votos contra do PS e da
35 Coligação Afirmar Évora e a abstenção do PSD e que, também, que em sede da Assembleia
36 da República o grupo parlamentar do PCP apresentou uma proposta de alteração ao
37 Orçamento, para 2024, e essa alteração foi votada favoravelmente, também, pelo PSD e não
38 passou porque o grupo parlamentar do PS votou contra, ou seja, como poderá ser interpretada
39 aquela incongruência das propostas apresentadas pelo PSD, estando em vésperas de uma
40 campanha eleitoral. Acrescentou que aquela moção deveria abranger também as
41 Infraestruturas de Portugal porque têm, sob a sua autoridade, o desenvolvimento daquele
42 projeto, portanto, independentemente daquelas contradições do PSD, iriam votar
43 favoravelmente.

44
45 **O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição**, agradeceu a intervenção dos
46 eleitos e não verificando mais pedidos, submeteu a presente moção a votação.

47 **Deliberação da Moção “Conclusão do IP2 - Troço de ligação Évora/São Manços -**
48 **Estremoz”:**

49 **Aprovada por unanimidade**, com 32 presenças verificadas.

50
51 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao Ponto III, da Ordem do Dia.

1
2 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam aos pontos apresentados pela
3 Assembleia Municipal.

4 5 **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

6 7 **1. Proposta de Calendarização das Sessões Ordinárias da Assembleia Municipal de** 8 **Évora para o ano de 2024.**

9
10 **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração a proposta apresentada e, não
11 havendo pedidos de intervenção, submeteu a mesma a votação.

12 13 **CALENDARIZAÇÃO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS** 14 **DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA PARA O ANO DE 2024**

15 Nos termos do nº 1 do art.º 27, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – “Sessões ordinárias – A
16 Assembleia Municipal reúne em cinco sessões ordinárias anuais, em fevereiro, abril, junho,
17 setembro e novembro ou dezembro, convocadas com uma antecedência mínima de oito dias por
18 edital e por carta com aviso de receção ou protocolo.”

19 Assim, deliberou:

- 20 a) Que todas as sessões sejam públicas e transmitidas via digital;
21 b) Que no início e no final de cada sessão exista um período de intervenção do público;
22 c) Que a calendarização das sessões seja publicitada por edital e no sítio da Internet da Assembleia;
23 d) Que a realização das sessões seja no **Palácio D. Manuel**, pelas 21 horas;
24 e) Que as sessões para o ano de **2024** tenham a seguinte calendarização:
25 fevereiro – dia 23 | abril – dia 19 | junho – dia 21 | setembro – dia 27 | dezembro – dia 20.

26 27 **Deliberação de Calendarização das Sessões Ordinárias da Assembleia Municipal de Évora** 28 **para o ano de 2024:**

29 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 32 presenças.

30 31 **2. Representação da Assembleia Municipal em Comissões e Conselhos:**

- 32 a) Comissão Municipal de Proteção Civil;
33 b) Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
34 c) Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

35
36 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que na Conferência de Representantes,
37 realizada previamente, foram consensualizadas, entre as diversas forças políticas, as
38 representações de forma equitativa, e que iriam proceder à eleição, através de votação nominal.

39 40 **Votação para a Comissão Municipal de Proteção Civil:**

41 Eleito o senhor Francisco Brito, com 31 votos a favor e 1 voto contra, verificando-se 32
42 presenças.

43 44 **Votação para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios:**

45 Eleito por unanimidade o senhor Isidro Lobo, verificando-se 32 presenças.

46 47 **Votação para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens:**

48 Eleitas as senhoras Ângela Caeiro e Ana Beatriz Cardoso, com 32 votos a favor e 1 nulo,
49 verificando-se 33 presenças.

50
51 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam aos pontos apresentados pela
52 Câmara Municipal.

1 **3. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem**
2 **como a situação financeira do mesmo – Para conhecimento.**

3
4 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

5
6 **O Presidente da Câmara** saudou todos os presentes, e começou por dizer que tendo em conta
7 que o documento sobre a atividade do município foi previamente distribuído, iria apenas
8 destacar alguns pontos pela sua importância. Neste sentido, referiu-se aos 20 anos de
9 geminação entre Chartres e Évora, aludindo que foi recebida uma delegação de Chartres e
10 descolou-se, também, para as comemorações dos 20 anos de geminação a Chartres,
11 procurando assim aprofundar as relações existentes entre as duas cidades.

12
13 Realçou a importância da realização, em Évora, do 28º Encontro Nacional de Pessoas com
14 Deficiência, organizado pela respetiva Confederação Nacional.

15
16 Recordou que está em processo de revisão o Plano de Urbanização da Cidade e em discussão
17 pública formal a alteração do Plano Diretor Municipal, sendo que o resultado da discussão
18 pública informal está num documento próprio, que será agora incluído na proposta para
19 discussão final.

20
21 Destacou que a Adega da Cartuxa da Fundação Eugénio de Almeida foi distinguida como a
22 melhor Adega Europeia em 2023.

23
24 Evidenciou a realização de diversos Congressos e Encontros Nacionais e Internacionais, como
25 é habitual, e distinguiu o Congresso Internacional dos 20 anos da Convenção da Unesco sobre
26 o Património Imaterial, os 10 anos da Cátedra do Património da Universidade de Évora e o
27 16º Encontro Nacional da Sociedade de Cirurgia Minimamente Invasiva.

28
29 Salientou a realização da Meia Maratona de Évora, com o aumento do número de participantes
30 e também de expositores na feira que a acompanha, bem como um conjunto de outras
31 atividades ligadas ao ambiente.

32
33 Evidenciou que Évora 2027 Capital Europeia da Cultura foi distinguida com um prémio, na
34 primeira gala do NERE, atribuído a entidades que contribuíram para a afirmação da região a
35 nível social, ambiental e cultural com impacto positivo na comunidade e reconhecimento
36 nacional e internacional do território.

37
38 Informou que o Governo já criou a Associação Évora 2027, embora ainda não conheçam o
39 conteúdo do decreto-lei, lembrou que já tinha sido consensualizada, na Comissão Executiva,
40 uma proposta de estatutos, pelo que estão a aguardar para dar seguimento ao processo que terá
41 a participação da Câmara e da Assembleia Municipal.

42
43 Concluiu informando que foi atribuída a distinção de Marca de Entidade Empregadora
44 Inclusiva 2023, ao Município de Évora.

45
46 **O deputado Francisco Brito** cumprimentou todos os presentes e começou pela questão do
47 Salão Central, destacando ter um atraso de cerca de dois anos para a sua reabertura, devido a
48 um problema relacionado com o posto de transformação, pelo que questionou o Presidente da
49 Câmara se tinha havido um relatório para encontrar responsabilidades, porque se trata de um
50 equipamento importante para a cidade que, depois de muitos anos e de muitas dificuldades
51 para ser reabilitado, continua fechado.

1 Em relação à Avenida São João de Deus disse que sendo uma estrada nacional e necessitando
2 de marcações rodoviárias, que serão da competência da IP, gostaria de saber se a Câmara
3 Municipal de Évora tem mantido o contacto e solicitado, precisamente, aquela intervenção
4 com as Infraestruturas de Portugal.

5 Relembrou que, na Assembleia Municipal de 28 de setembro, questionou o senhor Presidente
6 da Câmara sobre as baias metálicas, colocadas no Centro Histórico, nomeadamente junto à
7 Rampa de São Miguel e ao fundo da Rua Serpa Pinto, sobre o porquê daquela localização,
8 uma vez que não estão, propriamente, a definir cinturas de segurança, e ainda não obteve
9 resposta.

10 Sobre a questão do decreto-lei para a criação da Associação Gestora da Capital Europeia da
11 Cultura, perguntou se existe, ou não, uma comunicação direta com o Governo, porque lhe
12 pareceu estranho que a entidade, que lidera aquela candidatura e a sua concretização, não
13 conhecesse o teor, ou se existe algum tipo de impedimento.

14 Relativamente ao Conselho Municipal de Segurança questionou se ainda iria reunir naquele
15 mandato autárquico, pois a videovigilância do Centro Histórico foi aprovada há mais de um
16 ano e a realização do estudo foi entregue à PSP há já bastante tempo, portanto questiona se
17 este já está pronto.

18 Em relação ao Natal de 2024, referiu o facto de o município continuar a realizar o Jardim de
19 Natal, alheio às principais artérias do Centro Histórico e a escolha da iluminação de Natal,
20 não aproveitando o facto de virem a ser a Capital Europeia da Cultura, podendo ter uma
21 interpretação interessante da presença da iluminação de Natal, no espaço público, sem ser
22 mais caro. Desta forma apresentou a proposta da União das Freguesias de Évora, da
23 concretização de um contrato Interadministrativo, de delegação de competências, para que
24 pudesse, no ano 2024, organizar a dinamização daquela quadra festiva, com a transferência
25 de verbas da Câmara Municipal legalmente enquadrada no contrato interadministrativo,
26 negociado até 29 de março de 2024 e assinado até 31 de maio de 2024, dando tempo às devidas
27 aprovações em Câmara Municipal de Évora e em Assembleia Municipal de Évora, e
28 questionou se poderiam contar com aquela negociação.

29

30 Relativamente ao problema crónico da habitação, o **deputado Gonçalo Costa** questionou se
31 havia algum desenvolvimento, por parte da Câmara Municipal, na tentativa de encontrar
32 soluções para as situações com que algumas pessoas se deparam em Évora, nomeadamente
33 com algumas famílias nómadas que continuam a proliferar em determinadas áreas da cidade
34 e que, em grande parte, constituem uma questão de saúde pública.

35 Em relação à rede viária do concelho, referiu que todos têm noção de que necessita de obras,
36 em algumas artérias circulares da cidade, e perguntou se não deveria ter havido uma
37 organização e planificação mais eficientes, por parte da Câmara Municipal, de forma a
38 minimizar os constrangimentos.

39 Sobre as questões de limpeza e higiene refere serem evidentes, em que monos e lixos
40 continuam acumulados à espera de serem recolhidos.

41 Acerca da questão do Hospital Central do Alentejo, questionou se as competências ou as
42 responsabilidades que a Câmara Municipal assumiu, nomeadamente em termos das obras da
43 acessibilidade e de elaboração dos projetos técnicos de águas e esgotos, qual é o
44 desenvolvimento, se os projetos técnicos já estão elaborados e quando é que está previsto o
45 lançamento dos concursos públicos. Quanto às acessibilidades, uma vez que os terrenos serão
46 integrados em domínio público da Câmara Municipal, perguntou se a responsabilidade para
47 efetuar as expropriações já começou a ser tratada, para que possam ser efetuadas as obras que
48 vão proporcionar as acessibilidades ao Hospital Central do Alentejo.

49

50 Relativamente ao Salão Central, o **Presidente da Câmara** esclareceu que não foram dois
51 anos, mas ano e meio e que, de facto, o problema continua a ser o posto de transformação, em

1 que a entidade responsável E-REDES, inicialmente, pensou ser possível colocar um posto pré
2 feito, mas dadas as características do Centro Histórico concluiu não ser possível,
3 desenvolvendo-se um conjunto de dificuldades e problemas com empreiteiros e fornecimento
4 de materiais, que foi sendo comunicado. Referiu que o Salão Central já poderia estar a
5 funcionar, não se tratando do posto de transformação, mas sim do facto dos equipamentos,
6 colocados pelo empreiteiro, terem de ser testados, para assegurar as respetivas garantias e,
7 portanto, não queriam correr o risco de as perder, pelo que informou que, finalmente, a obra
8 estava a avançar e esperam que, nos primeiros meses de 2024, a situação esteja resolvida.

9
10 Sobre a relação com a IP informou que têm reuniões regulares, onde colocam as diversas
11 situações, não apenas da cidade, mas também das freguesias.

12
13 Quanto às baias metálicas, afirmou estarem relacionadas com a obra na Torre de Alconchel,
14 mas que, de facto, é uma situação que tem de ser alterada rapidamente.

15
16 Em relação a Évora 2027 esclareceu que tinham uma relação direta com o Governo e, em
17 particular, com o Senhor Ministro da Cultura e com a Senhora Ministra da Coesão, com quem
18 tiveram várias reuniões, embora atrasadas. Informou que a Comissão Executiva
19 consensualizou uma proposta de estatutos, que apresentou ao Governo, para ser a base do
20 decreto-lei a aprovar pelo mesmo, mas, de facto, não tiveram informação sobre o que foi
21 aprovado, uma vez que existiam divergências, entre a Comissão Executiva e o Governo, em
22 relação a duas ou três questões. Assim, aguardam a publicação do decreto-lei, ou da proposta
23 de decreto-lei, para perceberem, exatamente, como ficou a situação.

24
25 No que respeita ao Conselho Municipal de Segurança referiu que irá reunir rapidamente,
26 tendo, de facto, faltado alguns membros, porque o Conselho tem um procedimento próprio do
27 ponto de vista burocrático, mas assumiu a responsabilidade.

28
29 Acerca da videovigilância no Centro Histórico, confirmou que a PSP estava a fazer o estudo
30 e que aguardavam a sua entrega, tendo o Senhor Comandante informado que houve um atraso,
31 mas espera que o possam entregar rapidamente.

32 Relativamente ao Natal reconheceu que há muito a falar sobre aquela matéria, mas que no
33 Natal 2024, a Câmara assumiria a responsabilidade que tem naquelas propostas, ainda que
34 aberta à colaboração com todas as entidades, como tem acontecido nos programas de Natal
35 que têm decorrido. Recordou que, por exemplo, o Jardim de Natal já esteve na Praça do
36 Giraldo, na Praça 1º de Maio, já passou por vários locais e, por alguma razão, foi para a Horta
37 das Laranjeiras, portanto há opiniões diversificadas sobre aquela matéria, que convém aferir
38 para se encontrar a melhor solução.

39
40 Sobre a assunto da habitação e a questão das famílias nómadas, relembrou que estava em curso
41 um programa governamental que reunia várias secretarias de estado, no sentido de identificar
42 uma resposta àquela situação. Saliu que, ele próprio, participou numa daquelas reuniões,
43 mas não têm conhecimento do seguimento dos trabalhos, em que propunham uma articulação
44 entre a Segurança Social, a Educação e a Coesão, para encontrarem uma solução para aqueles
45 casos, mas desde aquela reunião não tiveram mais informações. Mencionou que a posição que
46 transmitiram era clara, que os cidadãos, sejam eles quais forem, devem ser tratados de modo
47 igual.

48
49 Em relação à rede viária compreendeu a questão colocada, mas destacou que, atualmente, têm
50 problemas variados, como a dificuldade em encontrar empreiteiros, recordando que aquela
51 obra ficou duas vezes sem o mesmo, portanto, têm de aproveitar o que têm, o que, de facto,

1 não é fácil porque gostariam, muitas vezes, de poder fazer um planeamento e alterações
2 diferentes, mas têm de facto que aproveitar aquilo que é possível, pelo que tiveram de
3 aproveitar o empreiteiro que apareceu e daí aqueles constrangimentos.

4
5 Quanto à limpeza e higiene públicas, confirmou que continuam a ter problemas, sobretudo
6 com os depósitos ilegais e clandestinos de lixo, destacando que farão tudo o que for da
7 responsabilidade da Câmara, tratando-se de uma situação difícil de responder, mas para a qual
8 estão a procurar soluções.

9
10 No que respeita ao novo hospital, lembrou que já tinha facultado informações, referindo que
11 a câmara tem os projetos prontos para lançar os concursos, mas, relativamente às
12 acessibilidades, continuam a aguardar que lhes sejam disponibilizados os terrenos privados
13 porque as expropriações ou negociações, serão da responsabilidade do Governo, pelo que é
14 muito arriscado lançar um concurso sem ter os terrenos disponíveis. Esta foi uma das questões
15 colocada numa reunião com a Senhora Ministra da Coesão, informando que aquele
16 financiamento seria feito, em princípio, pelo Orçamento de Estado, uma vez que não existiam
17 fundos comunitários para a rede viária e a rede de água e saneamento, e que teria sido remetido
18 para o financiamento do PT2030.

19 Sublinhou que, naquele momento, não existiam regulamentos nem avisos e, portanto, também
20 estavam a aguardar que lhes fosse identificado o procedimento, sendo que havia uma
21 indicação de que aqueles valores seriam por via da CIMAC.

22
23 **O deputado Gonçalo Costa** perguntou sobre a questão do desfalque da tesouraria da Câmara
24 Municipal, se existia já algum avanço, alguma informação adicional que pudesse prestar, se
25 já tinha sido apurado o valor total e qual o ponto de situação do processo de inquérito, a
26 decorrer.

27
28 **O deputado Paulo Ribeiro** disse que iria falar sobre a iluminação de Natal e a localização do
29 Jardim de Natal pois pareceu-lhes ter criado alguma celeuma, pelo que considerou ser de
30 reapreciar não só a inauguração, a dia 8, assim como a localização do Jardim de Natal e instou
31 o Senhor Presidente e o Executivo para, em 2024, apreciarem e colocarem à consideração,
32 também das outras forças políticas, para poderem participar naquele processo.

33 Mencionou que, praticamente todos os dias, passava junto às Portas de Alconchel, verificando
34 que os semáforos estavam consecutivamente intermitentes, tendo já presenciado algumas
35 desavenças e questões com o trânsito de peões, pelo que perguntou se tinha alguma
36 informação, se haveria alguma intervenção e quando é que ficaria resolvida aquela situação.
37 Informou que foram notificados, por diversos cidadãos da zona do Bairro do Bacelo, de
38 diversos cortes de água, em diferentes horas do dia, e questionou o senhor Presidente se estaria
39 a haver alguma intervenção, qual a dimensão dessa intervenção ou se já estaria terminada.

40
41 **O deputado Francisco Brito** referiu que, não só como Presidente de Junta de Freguesia, mas
42 também como munícipe, gostaria de sentir uma postura um pouco mais diligente da Câmara
43 Municipal de Évora, em relação a todas aquelas questões que foram referidas.

44 Sobre o Salão Central, em que a E-REDES, se atrasou disse que aquelas situações deviam
45 estar previstas em contrato, dando lugar a uma indemnização ao município porque estava a
46 ser lesado.

47 Sobre as marcações rodoviárias lembrou tratar-se de um problema que se arrasta há muito
48 tempo, e pediu ao senhor Presidente para tomar as diligências necessárias de forma a evitar
49 confusões, porque já não se percebe a marcação entre faixas de diferentes sentidos.

50 Relativamente à Capital Europeia da Cultura, e tendo em conta a sua importância, considerou
51 essencial que houvesse uma comunicação mais direta com o Governo e o Presidente da

1 Câmara Municipal, que está a gerir todo aquele processo, para conhecer o conteúdo do
2 decreto-lei, no preciso momento em que é votado ou decidido, ou se calhar até antes, pelo que
3 deveria haver uma diligência naquele sentido.

4 Em relação ao Natal disse que, de facto, o Jardim de Natal já esteve em vários locais e
5 considerou que aquilo provava a existência de um conjunto muito grande de experiências em
6 organizar aquela época natalícia que, na sua opinião, falhou sempre, não se tratando de poder
7 ser melhorada, mas de resultar ou não, por isso efetuou uma proposta à Câmara Municipal de
8 Évora.

9 Recordou que realizou uma proposta para o Mercado Municipal, também ela recusada, mas
10 destaca que se a câmara, de facto, não conseguiu encontrar soluções com 1300 funcionários,
11 com um orçamento que era de 79 milhões de euros e que será de 103 milhões de euros, então
12 que passem aquela verba, que ronda os 150 mil euros, para organizar a quadra festiva.
13 Acrescentou que, já que gostam de fazer experiências então experimentassem isso, pelo que
14 o seu desafio foi para que assinassem um contrato interadministrativo de delegação de
15 competências.

16
17 **O deputado Luís Pardal** recordou que assinalaram, recentemente, um ano da nomeação de
18 Évora, como Capital Europeia da Cultura, em 2027, e citou uma publicação institucional da
19 Câmara em que dizia “*Relativamente a esta iniciativa fomos uma só voz celebrando o chão*
20 *comum que nos une Évora e o Alentejo*” e que fazia muito sentido, mas lamentou que nenhuma
21 das Juntas de Freguesia, pelo menos dos colegas eleitos pelo Partido Socialista, tivesse sido
22 convidada, mas a sua intervenção não era tanto pela ausência do convite, mas pela necessidade
23 que a Câmara Municipal de Évora deveria ter para envolver e contar verdadeiramente com as
24 Juntas de Freguesia na construção da Capital Europeia da Cultura.

25
26 Sobre a questão da tesouraria, **o Presidente da Câmara** informou que já tiveram a
27 oportunidade de apresentar aos senhores Vereadores a auditoria que foi efetuada e o seu valor,
28 mas que entenderam não divulgar exatamente por estar a ser investigado, pelo que darão
29 conhecimento assim que for possível, confirmando que houve o desfalque, tendo uma
30 avaliação desse valor, mas ainda sem a certeza, portanto, a situação mantém-se com aquela
31 informação.

32
33 Relativamente à quadra natalícia disse ter conhecimento de discussões interessantíssimas, nas
34 redes sociais, sobre a ligação da iluminação no dia 1 ou no dia 8, e esclarece que é pela tradição
35 que existe em Évora que foi decidido o dia 8.

36 Relembrou que, quando chegaram, nem sequer havia iluminação de Natal, que durante 3 ou 4
37 anos não houve iluminação de Natal sequer, porque não havia dinheiro, e depois,
38 progressivamente, foram construindo o Natal possível, que têm procurado fazê-lo com algum
39 cuidado, exatamente para não voltarem à situação anterior por isso, estão disponíveis para
40 colaborar com todos, mas não estão disponíveis para prescindir daquilo que é uma
41 competência municipal.

42
43 Quanto à questão dos semáforos intermitentes informou que houve intervenções, por parte
44 dos serviços, que não resolveram o problema, pelo que tiveram que pedir a intervenção da
45 empresa porque era, de facto, um problema maior, uma situação técnica mais complicada.

46
47 Sobre os cortes de água no Bacelo, confirmou que terão havido algumas roturas, mas também
48 algumas substituições de alguns ramais.

49
50 Em relação a Évora 2027 referiu que o espetáculo foi apenas para assinalar o primeiro ano,
51 tendo sido organizado pela equipa de missão e aberto a quem quisesse ir, e com a

1 concretização do Bid Book e da Associação Évora 27, afirmou que estava previsto que todos
2 aqueles que pretendessem envolver-se pudessem fazê-lo, incluindo as Juntas de Freguesia,
3 pelo que reafirmou aquela garantia.

4 Relativamente à associação, informou que estão com um atraso estimado de 2 a 3 meses, em
5 relação ao previsto no Bid Book, que pretendem recuperar, mas que dependerá da
6 concretização da associação. Esclareceu que o Presidente da Câmara tem a relação
7 institucional que deve ter com o Governo, e que não pode, obviamente, obrigá-lo a fazer aquilo
8 que não quer, entendendo que não devia enviar a proposta do decreto-lei, que iria levar ao
9 Conselho de Ministros, pelo que estão à espera da entrega da proposta.

10
11 **O deputado Gonçalo Costa** informou que têm recebido queixas do prazo de recebimento,
12 por parte da Câmara Municipal, e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara qual o prazo
13 médio de pagamentos praticado, a partir do momento da realização da despesa.

14
15 **O deputado José Figueira** começou por saudar todos os presentes, e relativamente às
16 preocupações manifestadas, por alguns membros da assembleia, relativamente à iluminação
17 de Natal, referiu ser sempre possível melhorar, relembrando os anos em que não tiveram
18 iluminações de Natal e o porquê daquela situação de constrangimento financeiro. Salientou,
19 assim, que dentro do quadro da sustentabilidade financeira, têm vindo a fazer o possível.

20
21 Afirmou que, naquele momento, estava muito mais preocupado com os problemas sociais que
22 atravessam a região e a cidade, como as famílias, os trabalhadores, os reformados e os
23 constrangimentos do aumento do custo de vida e das rendas de casa, que foram atualizadas
24 em 7% , com a redução dos salários reais dos trabalhadores e das pensões de reforma, porque
25 na verdade a economia local vive da procura interna e se as pessoas não tiverem rendimentos
26 não vão à economia local. Referiu, também, que, naquele mesmo dia, o Senhor Governador
27 do Banco de Portugal tinha facultado alguns indicadores preocupantes e que bastava ler as
28 estatísticas do INE, para verificarem que as preocupações das pessoas não eram apenas
29 naquela época, eram todo o ano, por isso considerou que deveriam também ali refletir sobre
30 os problemas sociais que atravessam a região, não só daqueles que trabalham, mas também
31 das micro e pequenas empresas, que atravessam grandes dificuldades.

32 Concluiu com a chamada de atenção, para a mesa da assembleia, de que no passado dia 17 de
33 junho aprovaram uma recomendação para um debate sobre as questões do Plano Local de
34 Habitação e da Estratégia Local de Habitação e que ainda não houve qualquer iniciativa da
35 Assembleia Municipal, principalmente da mesa, para a sua realização, pelo que instou o
36 senhor Presidente substituto no sentido de resolver aquela questão, para que todos conheçam
37 o que se está a acontecer e que iniciativas estão a ser realizadas pelo município.

38
39 **O deputado Francisco Brito** pretendeu esclarecer o eleito José Figueira que no comércio
40 tradicional trabalham pessoas, o que era uma proporcionalidade direta porque existiu
41 investimento na época natalícia, portanto existiram mais pessoas a visitar, mais pessoas a
42 comprar e assim maior rentabilidade e rendimento para as empresas, bem como melhores
43 condições para oferecerem melhores salários. Consequentemente, investirem na época
44 natalícia é uma receita que resulta, pelo que alertou, também, que se a Câmara Municipal de
45 Évora pagasse a tempo às empresas, existiriam melhores condições para pagarem os salários,
46 porque não era só pagarem melhores salários, era conseguirem, efetivamente, pagar os
47 salários, portanto também poderia ter aquela postura e preocupação junto do Executivo da
48 Câmara Municipal de Évora.

49 Relativamente à obra na rotunda do PITE, o **deputado Paulo Ribeiro** solicitou informação
50 sobre um dos sentidos que ficaria com duas faixas de rodagem, questionando se estão a fazer

1 o acompanhamento direto da obra, porque lhe pareceu que havia partes que ainda não estavam
2 concluídas.

3
4 Em relação à questão dos pagamentos, **o Presidente da Câmara** reiterou existirem sempre
5 constrangimentos em outubro e novembro, porque quando negociaram o Plano de Saneamento
6 Financeiro acertaram com o valor da entrada do IMI, mas há cerca de 3 anos aquela entrada
7 foi desfasada um mês e, portanto, agora têm os pagamentos do PSF um mês antes da entrada
8 do IMI. Contudo, em dezembro, habitualmente, voltam a regularizar tudo. Acrescentou, ainda,
9 que todas as empresas que têm questionado, têm obtido respostas, portanto não vê problemas
10 de maior, mas se, de facto, existirem terá todo o gosto em conhecer a situação.

11
12 Relativamente ao Centro Histórico referiu os exemplos da Meia Maratona, que preencheu o
13 Centro Histórico e a cidade e, para além disso, conheceu um conjunto de empresários de várias
14 áreas, nomeadamente da restauração, muito satisfeitos, assim como na época natalícia, a maior
15 parte dos estabelecimentos hoteleiros estavam cheios, pelo que considerou que respondia à
16 questão.

17
18 Quanto à questão do PITE, confirmou que era de facto uma terceira faixa e que a obra ainda
19 não estava terminada.

20
21 Em relação aos fluxos muito grandes de pessoas, como no caso da Meia Maratona, **o deputado**
22 **Francisco Brito** referiu que, os empresários têm transmitido uma posição negativa, portanto
23 não estão a falar exatamente da mesma coisa e a gestão acaba por refletir aquelas mesmas
24 dificuldades. Em relação ao IMI perguntou como se iria processar em 2024, precisamente
25 quanto à isenção no Centro Histórico.

26
27 **A deputada Clara Grácio** informou que a Universidade de Évora tem um Observatório de
28 Turismo que tem exatamente aqueles registos e sugeriu que o senhor deputado Francisco Brito
29 indagasse o que aconteceu na altura da Meia Maratona, e que provavelmente obteria factos
30 diferentes.

31 32 **4. Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2024**

33
34 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

35
36 **O Presidente da Câmara** recordou que os documentos foram distribuídos, assim como uma
37 síntese, e destacou que as Opções do Plano e Orçamento para 2024 tinham algumas
38 características diferentes, desde logo a entrada no 50º aniversário do 25 de Abril, que
39 entenderam ser o tema geral a acompanhar a atividade Municipal, ao longo do ano 2024,
40 estando este já a ser preparado, de acordo com uma proposta que foi aprovada na Câmara
41 Municipal.

42
43 Realçou que a elaboração das Opções do Plano e do Orçamento teve em conta o Orçamento
44 de Estado e as Transferências de Competências nas áreas da Educação, Saúde e Ação Social,
45 pelo primeiro ano e ainda estão numa fase de transição e de conhecimento aprofundado de
46 todas aquelas situações, mas têm trabalhado com as respetivas entidades, nomeadamente as
47 escolas, a área da saúde e a área social, para ultrapassar as questões que se vão colocando e
48 no próximo ano continuarão a realizar aquele trabalho.

49
50 Do ponto de vista económico, afirmou ter existido uma situação muito marcante, durante o
51 ano passado, que foi o processo inflacionista que, para além do impacto, trouxe outras

1 questões, nomeadamente a falta de empreiteiros, a falta de mão de obra, a falta de produtos e
2 materiais, que afetaram um conjunto de atividades municipais, em particular as empreitadas,
3 e também as questões relativas ao equilíbrio económico municipal, que procuraram manter
4 apesar daquelas dificuldades. Esta foi, ainda, dificultada pelo agravamento da situação social
5 vivida no país, e em particular no Alentejo, com uma quebra no poder de compra, da maioria
6 da população, que foi sentida na atividade económica.

7
8 Em relação a algumas especificidades das Opções do Plano e do Orçamento para 2024,
9 começou por salientar a previsão para o lançamento das obras do novo hospital, das
10 acessibilidades e da rede de abastecimento público de água e saneamento que, apesar dos
11 constrangimentos que todos conhecem, esperam lançar os concursos e que as obras possam
12 avançar, estando a falar das acessibilidades, que irão além de 11 milhões de euros, e da rede
13 de água e saneamento que serão na ordem de 1 milhão e 500 mil de euros, porém admitindo
14 que a execução financeira não fosse toda feita em 2024, mas assegurando a parte substancial.

15
16 Sobre o Plano Local de Habitação mencionou que tem várias componentes, a Câmara tem
17 uma parte e a Habévora tem outra, mas têm também um conjunto de programas destinados
18 aos proprietários e às instituições que estarão à disposição, e 2024 será o grande ano do
19 lançamento dos processos relativos ao Plano Local de Habitação. Destacou que, apesar de
20 falarem na construção de 200 habitações e na recuperação de cerca de 400 habitações, não
21 resolve o problema da habitação no concelho, e que existem outras causas que necessitam de
22 atenção.

23
24 Relativamente a Évora 2027, realçou que o ano de 2024 será o ano da constituição da
25 associação e do arranque das questões fundamentais, da concretização do Livro de
26 Candidatura que foi proposto.

27
28 Informou que estava previsto avançar para a construção das seis extensões de saúde, em várias
29 freguesias, através do acordo estabelecido com a ARS e que, naquele momento, já havia um
30 compromisso no PRR de, pelo menos, 200 mil euros para cada uma, financiado a 100%,
31 exceto as infraestruturas.

32
33 **O Presidente da Câmara** mencionou que ir-se-á proceder a uma intervenção de emergência
34 no aqueduto, pois uma parte estava com uma inclinação que tem de ser corrigida e que vai
35 obrigar a uma obra que rondará, ou ultrapassará, os 400 mil euros, pelo que, face à situação,
36 revela alguma preocupação com o equilíbrio económico e financeiro do município.

37
38 Expôs a proposta de, no próximo ano, se estudar a possibilidade do lançamento da taxa
39 turística em Évora, aplicável aos visitantes, o que permitiria financiar, por exemplo, as
40 questões ligadas à limpeza e à promoção do concelho, assim como a valorização e até a
41 requalificação do património.

42 Disse, também, que pretendem obter valores resultantes da venda de terrenos, tendo em conta
43 os contactos de empresas que querem instalar-se ou criar instalações em Évora, por forma a
44 recuperarem uma parte da dívida vencida, que um conjunto de consumidores tem à câmara,
45 nomeadamente da água que aumentou, substancialmente, depois da pandemia, portanto, estão
46 agora a tratar daquela matéria salvaguardando quem não tem possibilidades financeiras.

47
48 Em relação às despesas e aos custos ligados ao pessoal, referiu que não estão relacionados
49 com o aumento de pessoal da câmara, mas com os trabalhadores que chegaram do Estado
50 através das transferências de competências.

1 Quanto aos investimentos nas escolas confirmou que continuam a ser efetuados e que, em
2 média, são no valor de 1 milhão e 200 mil euros.

3
4 Na área do Desporto e da Juventude salientou o Programa de Apoio às Instalações Desportivas
5 de forma a poderem melhorar, substancialmente, as mesmas, informando que está a decorrer,
6 ainda que com um atraso, e também os vários investimentos noutros espaços desportivos,
7 como os que estão a negociar, naquele momento, com a Associação de Futebol de Évora, para
8 a conclusão da zona desportiva onde será construído o Estádio do Juventude.

9
10 Sobre o Sistema Municipal de Águas do Vale do Tejo informou que iria haver um aumento
11 de 3% na fatura, para a câmara, mas com o que propõem não irão ter qualquer ganho,
12 recordando que naquele ano, devido à situação social, não tinham aumentado a água e
13 salientou que têm as tarifas da água, do lixo e do saneamento mais baixas do país.

14
15 Em relação à GESAMB referiu que têm aumentado, substancialmente, os depósitos ilegais de
16 lixo e a forma como é depositado, o que, conseqüentemente, tem aumentado, também, as
17 formas de recolha daquele tipo de lixo, pelo que continuarão a trabalhar com a GESAMB no
18 sentido de poderem aumentar a reciclagem, nomeadamente através de biorresíduos e de outros
19 projetos que estão a decorrer.

20 Informou que houve um aumento das taxas para o Fundo Ambiental, que no ano passado foi
21 de 34% e salientou que aquele valor não foi para os cofres da câmara, foi entregue ao Fundo
22 Ambiental, apesar de constar na fatura que apresentam aos consumidores.

23
24 Sobre a higiene e limpeza pública destacou o esforço em reforçar a mão de obra, a aquisição
25 de serviços e de equipamentos e a alteração da resposta, por forma a melhorar aquela área.

26
27 Quanto à rede viária referiu que têm vindo a fazer investimentos significativos, estando
28 previstos cerca de 3 milhões de euros, no próximo ano, o que está longe de resolver todos os
29 problemas, mas sendo um contributo para a sua melhoria.

30
31 Referiu que na rede de abastecimento de água e saneamento, onde têm vindo a fazer
32 intervenções não apenas nas roturas, mas também na substituição e requalificação de alguns
33 troços, vão continuar a realizar aquele trabalho.

34
35 Relativamente ao Plano de Estratégia de Desenvolvimento Urbano, que vem do PT2020,
36 mencionou a conclusão, no próximo ano, das obras dos Paços do Concelho e da ligação
37 pedonal entre a Estação Ferroviária e o Centro Histórico, que passa pelo Rossio, o que no total
38 significará, em 2024, um investimento de 2 milhões e 390 mil euros.

39
40 Na área económica, destacou o aeródromo, que tem vindo a expandir de forma significativa,
41 onde pretendem aumentar a área empresarial e estão a negociar a possibilidade de realização
42 de um investimento de, pelo menos, 1 milhão de euros, o Bairro Comercial Digital que foi
43 aprovado e poderá avançar em 2024, com um investimento de 960 mil euros e um conjunto
44 de outras infraestruturas, nomeadamente as questões de Nossa Senhora de Machede, onde
45 houve algum atraso na concretização da zona industrial.

46
47 Referiu também um reforço significativo da equipa de projetos, para possibilitar a realização
48 dos mesmos internamente, o que permitirá ganhar muito dinheiro, no entanto, não
49 proporcionará capacidade suficiente para a realização de todos, pelo que continuar-se-á a
50 necessitar de ajuda exterior, estando previsto um valor de 850 mil euros, para projetos
51 exteriores, de obras e de outro tipo de atividades, onde possam encontrar financiamentos.

1
2 Referenciou, também, o aumento significativo no parque de máquinas e de viaturas do
3 município, de forma a melhorá-lo.

4
5 Sobre o POCITYF, o **Presidente da Câmara** informou que estava na fase final, tendo ainda
6 um investimento na ordem dos 700 mil euros, sendo um projeto que testa novas tecnologias
7 no Centro Histórico e noutros pontos.

8
9 Realçou também o reforço no apoio às associações sem fins lucrativos.

10
11 Em relação às freguesias, como tem sido o compromisso, o aumento das verbas que recebem,
12 em termos percentuais, do Orçamento de Estado, no caso deste ano, trata-se de um valor de
13 14,8%.

14
15 Indicou, ainda, que continuam a prever a redução da dívida global da câmara, ainda assim têm
16 cabimentos a transitar na ordem dos 14 milhões e 500 mil euros.

17
18 Concluiu salientando que aquele orçamento permitiria, de facto, responder a investimentos
19 estruturantes, fundamentais para a região, e que sem ele não poderiam avançar para os
20 investimentos, sendo fundamental poderem ter a aprovação das Opções do Plano e
21 Orçamento, pelo que foi o que propuseram.

22
23 **O deputado Redolfo Pereira** leu o seguinte documento:

24 *“As Grandes Opções do Plano para 2024 apresentadas pelo Município para o próximo ano*
25 *são o reflexo das opções políticas do Executivo CDU para o concelho, transcritas no*
26 *Orçamento, as Atividades mais relevantes e o Plano Plurianual de Investimentos.*

27 *Estas Grandes Opções do Plano contem um vasto leque de Projetos e Planos que podem*
28 *trazer um impacto positivo no concelho, são bons exemplos disso o Plano de Urbanização de*
29 *Évora, o Plano Local de Habitação e na resolução dos problemas do Concelho, são bons*
30 *exemplos disso o Plano de Urbanização de Évora, o Plano Local de Habitação e o Cartão*
31 *Município Solidário, passados que estão 2 anos de mandato e grande parte destes planos*
32 *transitam de ano para ano, mais do que estarem aqui plasmados é importante olharmos para*
33 *o seu grau de execução.*

34 *É de saudar também o avanço no que diz respeito às acessibilidades e às redes de saneamento*
35 *e abastecimento de água ao Hospital Central do Alentejo, equipamento cada vez mais*
36 *necessário face aos devidos constrangimentos do atual Hospital, e considerado por muitos o*
37 *Alqueva do Século XXI, é de saudar também o Governo do Partido Socialista pelo*
38 *investimento no Concelho, bem como a disponibilização de um conjunto de Programas tendo*
39 *em vista o desenvolvimento regional como são exemplo o PRR e Portugal 2030.*

40 *É de saudar também a inclusão neste documento, as 6 Novas Extensões de Saúde propostas*
41 *pela ARS e financiadas a 100 % pelo PRR, equipamentos necessários para fornecer cuidados*
42 *de saúde de qualidade, atualmente algumas extensões de saúde funcionam em edifícios da*
43 *década de 50 e 60 do século passado, no entanto, a existência de novas instalações não*
44 *resolve por si só o problema que existe é necessário depois criar dinâmicas e estratégias para*
45 *o seu funcionamento e aí é importante a articulação entre a ARS, o Município e as Juntas e*
46 *Uniões de Freguesia.*

47 *Relativamente ao Ponto 3.5 onde é transcrito o seguinte e passo a citar “Daremos*
48 *continuidade à relação de diálogo e colaboração ativa e de Parceria com as Juntas e Uniões*
49 *de Freguesia. Asseguraremos reuniões regulares e tratamento igual.”*

50 *Espero sinceramente que o que está transcrito neste parágrafo seja uma realidade e acima*
51 *de tudo as reuniões aconteçam pois aquando da negociação do Orçamento para 2023 o Sr.*

1 *Presidente comprometeu-se perante os Vereadores do Partido Socialista a fazer 4 reuniões*
2 *conjuntas (1 por trimestre) com todos os Presidentes de Junta e Uniões de Freguesias, mas*
3 *apenas 1 foi realizada no mês de julho.*

4 *É de lamentar pois o Concelho tem tantos problemas que devem ser combatidos; a ausência*
5 *de uma estratégia de desenvolvimento Comum nas mais diversas Áreas e a planificação de*
6 *Intervenções no território exigem mais diálogo e um relacionamento institucional mais*
7 *profícuo onde de certo todos saímos a ganhar: o Município, as Juntas e Uniões de Freguesias*
8 *e acima de tudo os Municípes e o Território.*

9 *E foi com este espírito de desenvolvimento, articulação e melhoria do território que os*
10 *Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia do Partido Socialista fizeram um conjunto de*
11 *propostas a incluir nestas Grandes Opções do Plano, mas lamentavelmente observamos que*
12 *as propostas apresentadas não estão refletidas neste documento, são propostas sérias,*
13 *realistas e com um impacto positivo na vida dos seus municípes.*

14 *Foi proposto iniciar os procedimentos para implementar os Investimentos Prioritários*
15 *sinalizados pelas Juntas e Uniões de Freguesia em dezembro de 2021, foi proposto a*
16 *implementação de um Loteamento Municipal em todas as freguesias, foi proposto o*
17 *Alargamento do Projeto Artes á Rua a todas as Freguesias do Concelho, e foi proposto a*
18 *atribuição de um apoio financeiro para aumentar a oferta Cultural nas freguesias e promover*
19 *Évora Capital Europeia da Cultura 2027.*

20 *Relativamente ao Orçamento infelizmente constatamos que o aumento nas verbas para as*
21 *Freguesias inscritas neste Orçamento são os aumentos que decorrem das transferências do*
22 *Poder Central.*

23 *Um Orçamento de 103 milhões de euros para 2024, não é um Orçamento realista é fácil*
24 *constatar que a Câmara não conseguirá executar 103 milhões de euros de receita, podemos*
25 *ver que á data de 31 de outubro de 2023 a Câmara tinha arrecadado 50 milhões de euros*
26 *num Orçamento de 83,5 milhões.*

27 *Este Orçamento é superior em cerca de 30 milhões de euros relativamente ao Orçamento*
28 *Inicial para 2023 e não é unicamente devido às transferências de competências nem ao*
29 *aumento do SMN ou reclassificações de trabalhadores.*

30 *O Orçamento da Receita encontra-se extremamente inflacionado pondo em Causa o Princípio*
31 *do Equilíbrio Orçamental, não é de todo aceitável que sejam colocados valores de milhões*
32 *na rubrica Outras Receitas Correntes quando nos últimos anos a execução desta rubrica tem*
33 *sido 1 a 2 % do Orçamentado.*

34 *Nesta rubrica Outras Receitas Correntes, segundo informação do Município constam*
35 *principalmente os compromissos assumidos e não pagos de anos anteriores, para 2024 está*
36 *previsto o valor de 21 milhões de euros, 20 % do Orçamento da Receita.*

37 *Onde 14,5 milhões de euros que o Município sabe que não vai arrecadar e que estão lá*
38 *inscritos para dar cobertura a despesa cabimentada de anos anteriores. O Município*
39 *continua a empurrar para exercícios futuros, despesa cabimentada, e preocupantemente esses*
40 *valores têm vindo a aumentar, como podemos constatar dos valores inscritos em Orçamentos*
41 *Anteriores, em 2022 o valor inscrito nesta rubrica era de 6,5 milhões de euros, em 2023 era*
42 *de 19,5 milhões de euros e em 2024 é de 21 milhões.*

43 *Concluindo, há acima de tudo que restringir e diminuir os compromissos assumidos para*
44 *exercícios futuros e é urgente definir novas estratégias de otimização da despesa efetiva sem*
45 *prejudicar o investimento que é tão necessário ao Concelho.”*

46
47 **O deputado Paulo Ribeiro** leu o seguinte documento:

48 *“Em primeiro lugar congratulamo-nos com a apresentação do Orçamento de 2024 e GOP*
49 *diria olímpicamente mais cedo face ao orçamento de 2023.*

50 *Uma vez mais damos nota que o sucedido no ano passado não deve constituir referencial no*
51 *que concerne ás boas práticas orçamentais.*

1 A apresentação do orçamento deve observar o que vem estabelecido na lei 73/2013, na sua
2 versão mais recente que, no seu artigo 45º artigo 45.º.
3 Artigo 45.º
4 *Calendário orçamental*
5 *1 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o órgão executivo apresenta ao órgão*
6 *deliberativo, até 30 de novembro de cada ano,*
7 *a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte.*
8 *Sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, merecem-nos as seguintes considerações:*
9 *No MCE assim que recebemos a documentação a mesma mereceu da nossa parte uma*
10 *reflexão interna e sobretudo uma análise cuidada, pois o momento de vida do Município a*
11 *isso nos obriga.*
12 *Em primeira instância, face aos desafios que se avizinham e sobretudo para dar cumprimento*
13 *aos superiores desígnios da nossa cidade, rejeitamos liminarmente a possibilidade de votar*
14 *contra o documento. Sempre fomos e sempre seremos oposição construtiva.*
15 *O voto deste Orçamento tem subjacentes Évora 2027, PLH, PT2030, PRR, Hospital do*
16 *Alentejo Central e votar contra, iria constituir entraves indelévels na execução dos mesmos.*
17 *Por conseguinte, o documento não é nosso, não é da nossa responsabilidade, contudo*
18 *gostaríamos de deixar claro que percebemos alguns pontos positivos do mesmo.*
19 *Saudamos o facto de se equacionar a introdução da taxa turística, valor simbólico a ser pago*
20 *apenas por turistas, não por residentes, e tem que ser introduzida sobretudo para mitigar o*
21 *impacto nas nossas infraestruturas.*
22 *Para nós trata se uma novidade trazer os termos economia circular, desenvolvimento*
23 *sustentável também para o nosso turismo.*
24 *Todavia deixamos algumas recomendações para os próximos orçamentos:*
25 *- Mitigar o diferencial entre despesa e receita, sobre esta matéria o MCE irá até fazer alguma*
26 *ortodoxia.*
27 *O que pode condicionar a atividade do município sobretudo na sua ação mais primária.*
28 *- Incrementar a receita*
29 *- Revisitar o mapa de taxas*
30 *- Introdução de taxa turística*
31 *- Reduzir despesa*
32 *- Introdução de novas tecnologias adequadas à gestão;*
33 *- Agilizar processos e procedimentos;*
34 *- Incrementar a capacidade de execução*
35 *Por fim gostaríamos de deixar uma nota que se nos afigura de suprema importância, o*
36 *município fica com uma reduzida capacidade creditícia junto da banca.*
37 *Pesando todo o argumentário que mencionei, e sublinhando a nossa postura edificante e de*
38 *grande responsabilidade a bancada do MCE irá abster-se na votação do Orçamento em*
39 *consonância com a posição da nossa vereadora Dra. Florbela Fernandes.”*
40
41 **O deputado Gonçalo Costa**, relativamente à aprovação do Orçamento para 2024, disse que
42 têm de se regozijar coletivamente por ter sido apresentado, ainda durante o ano 2023, à
43 Assembleia Municipal e, portanto, não poderia deixar de transmitir o contentamento por
44 estarem a discutir o Orçamento para o ano 2024.
45 Sobre o processo de construção daquele Orçamento, afirmou terem optado por uma
46 abordagem distinta, por consequência daquilo que foram as experiências anteriores, pelo que
47 a decisão política do Partido Socialista foi a apreciação do apresentado pelo Executivo
48 Camarário, para posterior pronúnciação, não encetando qualquer processo negocial estéril.
49 Aludiu que aquele não era o 3º orçamento daquele executivo, era o 11º orçamento consecutivo
50 apresentado pelo executivo da CDU, onde existe um conjunto de situações que reiteradamente
51 são discutidas e que até agora ainda não foram respondidas.

1 Salientou que, obviamente, aquele orçamento não era o Orçamento do Partido Socialista,
2 porque as linhas políticas que regiam quer as Opções do Plano, quer o Orçamento eram muito
3 distintas daquilo que foi o projeto político sufragado e que o Partido Socialista apresentou nas
4 últimas eleições Autárquicas, em que tinham uma candidatura e um programa político de
5 valorizar Évora, com várias medidas e várias ações que eram liminarmente, ou taxativamente,
6 distintas daquilo que a CDU tinha apresentado e que tinham previstas nas suas opções políticas
7 e nos orçamentos, que respeitavam, e por isso é que eram projetos políticos distintos, mas não
8 eram de todo aquilo que preconizavam para o desenvolvimento de Évora e para o futuro do
9 concelho.

10 Referiu que aquele orçamento tinha um aumento significativo, relativamente ao orçamento
11 inicial do ano anterior, em cerca 30 milhões de euros, mas continuavam a haver áreas críticas
12 por resolver e que no atual Orçamento e Opções do Plano, não davam resposta às reais
13 necessidades da população, nomeadamente a habitação. Destaca que o Plano Local de
14 Habitação estava subaproveitado, relativamente àquilo que eram as possibilidades, que não
15 havia uma estratégia de reforço da competitividade do concelho, nomeadamente ao nível das
16 áreas de acolhimento empresarial. A rede viária não tinha previstos investimentos
17 significativos, que permitissem responder às necessidades crescentes da população,
18 continuando as questões crónicas, da limpeza e salubridade, já referidas, sistematicamente,
19 em todas as reuniões da Assembleia Municipal. Afirma ter conhecimento que não são da
20 exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal, mas afirma que, de facto, ainda não estão
21 resolvidas.

22 Mencionou que era, também, com contentamento que viam algumas melhorias, a nível da
23 política fiscal, nomeadamente no IRS e no IMI, mas que era importante reforçar que foram
24 propostas dos vereadores do Partido Socialista, e se estavam previstas reduções para as
25 populações era devidas ao trabalho e às propostas que o Partido Socialista tinha apresentado,
26 numa altura difícil do pagamento dos juros crescentes, em que aquelas reduções significaram
27 mais dinheiro no bolso da população.

28 Concluiu dizendo tratar-se de um Orçamento muito relevante, que, na perspetiva do Partido
29 Socialista, daria suporte à concretização de um conjunto muito importante, quer de
30 infraestruturas, quer de eventos que irão marcar o futuro, nomeadamente a construção das
31 acessibilidades e das infraestruturas que a Câmara Municipal se comprometeu a assegurar,
32 relativamente ao Hospital Central do Alentejo, a todos os investimentos referentes à Capital
33 Europeia da Cultura e também às transferências de competências, portanto, obviamente que
34 era um orçamento estrutural para o futuro do concelho.

35

36 **O deputado Bruno Martins** leu o seguinte documento:

37 *“Mais do mesmo. Infelizmente, mais do mesmo. Um marasmo, um autêntico marasmo. Culpa*
38 *da CDU, também, mas não só. Infelizmente continua a não haver acordo para a existência de*
39 *um plano municipal a longo prazo, definido à esquerda, como o Bloco defendeu desde o*
40 *primeiro minuto após as últimas eleições. Um acordo abrangente e exigente era o que*
41 *permitiria a Évora crescer e ter um futuro definido.*

42 *Infelizmente, cá continuamos mais ou menos ao sabor do vento, parecendo que todos os*
43 *eleitos na Câmara Municipal de Évora estão a desejar o fim do mandato, ora desejando*
44 *descansar, ora desejando retirar dividendos políticos do estado a que isto chegou.*

45 *Uns votam contra, outros se abstêm, pelo conteúdo? Nada disso, por mera estratégia, porque*
46 *se a estratégia fosse diferente perante o mesmo documento teríamos PSD a abster-se para*
47 *viabilizar e PS e Movimento a votar contra.*

48 *Entretanto, atiram-se culpas, e ninguém quer verdadeiramente negociar. Um jogo de espera*
49 *para ver que migalhas sobram e por onde serão distribuídas pelos eleitores. Triste,*
50 *demasiado triste. Cinzento, demasiado cinzento.*

51 *Entretanto,*

1 *continua-se a:*
2 *Não chamar os cidadãos e cidadã a participar na gestão municipal e, em particular, quando*
3 *se elaboram os instrumentos de planeamento, que deveriam ser simples e compreensíveis. A*
4 *Câmara Municipal de Évora deveria assumir estar ao serviço de todos e todas. Esta*
5 *valorização da cidadania e promoção de todas as formas de amplo debate e participação da*
6 *população só é possível se fosse assegurada a transparência, fluidez e acessibilidade de toda*
7 *a informação municipal. Infelizmente, assim não o é.*
8 *Continua-se a:*
9 *Não pensar as políticas sociais de um território, o que implicaria assumir o papel central que*
10 *a autarquia pode ter no combate às discriminações e na garantia de direitos para todas e*
11 *para todos, de forma integrada, interseccional e convocando todos os titulares de interesses*
12 *reconhecidos.*
13 *Continua-se a:*
14 *A não pensar na habitação no que à política municipal diz respeito. Não ter acesso a*
15 *habitação adequada é talvez a mais séria manifestação de exclusão social e a privação*
16 *habitacional é uma das formas mais graves de pobreza. Um município que se preze não pode*
17 *apenas apontar ao Governo, tem de assumir as suas responsabilidades, ainda que*
18 *imensamente mais pequenas do as do Estado Central.*
19 *Continua-se a:*
20 *Não apostar na reabilitação urbana como instrumento de coesão social e territorial e tendo*
21 *por objetivos principais requalificar, ganhar de novo para a habitação muitos fogos*
22 *devolutos, melhorar a qualidade do espaço público e a sua apropriação pelos munícipes,*
23 *melhorar as acessibilidades e dinamizar a atividade económica e a vida cultural.*
24 *Continua-se a:*
25 *Não pensar a crise climática. Essa crise criada pelo atual modelo socioeconómico que, ao*
26 *mesmo tempo que levou o planeta ao abismo, criou desigualdade social. A resposta devia ser*
27 *a justiça climática e social, uma transição ecológica e energética que criasse emprego e*
28 *respondesse aos problemas de exclusão e pobreza. Não nos basta bons planos, precisamos*
29 *de colocar todas as ações em marcha.*
30 *Continua-se a:*
31 *A não tornar Évora Capital Europeia da Cultura 2027 um desígnio de todo o Concelho. Onde*
32 *está a chamada dos cidadãos e cidadãs para este projeto de forma participada e emolpada.*
33 *Continua-se a:*
34 *A não tornar Évora um Concelho verdadeiramente Educador e Inclusivo que tem de ser mais*
35 *do que um chavão ou um serviço da Câmara Municipal. Tem de haver uma postura proactiva*
36 *e a Câmara deve, em todas as políticas que desenvolve, integrar o compromisso que assumiu*
37 *ao assinar a Carta das Cidades Educadoras, assim como promover políticas ativas de*
38 *inclusão de todos os cidadãos e cidadãs, incluindo os mais velhos.*
39 *O Bloco de Esquerda considera a aposta na educação cultural, ambiental, transgeracional,*
40 *para a igualdade e para a cidadania fundamental para imprimir conceitos de solidariedade*
41 *e justiça social na comunidade através de uma pedagogia ativa e participativa. Um concelho*
42 *educador e inclusivo promove o potencial de cada um dos seus habitantes, em condições de*
43 *plena igualdade, onde cada um e uma respeite e seja respeitado.*
44 *Continua-se a hipotecar o futuro. Até quando?*
45 *O Bloco de Esquerda que nem sequer foi chamado a negociar o documento não o irá,*
46 *naturalmente, viabilizar com um voto favorável.”*
47
48 **O deputado José Piteira** começou por dizer que se fosse Vereador daquela Câmara
49 Municipal votaria contra o Orçamento, mas como tinha responsabilidades e representava a
50 população de Nossa Senhora de Machede e perante aquilo que estava no documento e o que
51 senhor Presidente da Câmara tinha dito sobre a zona industrial de Nossa Senhora de Machede,

1 que não tinha tido praticamente nenhuma intervenção naquele ano, para além daquilo que
2 constava no Orçamento para 2023. Contudo, tendo em conta as extensões de saúde pelo PRR,
3 a água pública para a estação, a limpeza e desentupimentos de linhas de água nos aglomerados,
4 que previa que fossem também para Nossa Senhora de Machede e a zona empresarial de Nossa
5 Senhora de Machede, tudo aquilo levava-o a votar a favor daquele orçamento.

6 Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara perguntou se, aquando das reuniões para aquele
7 Orçamento de 2024, tinha havido alguma intervenção de algum dos vereadores da Câmara
8 Municipal, em relação a Nossa Senhora de Machede, porque tinha enviado um documento
9 para todos os vereadores, assim como para a Câmara Municipal com a perspetiva daquilo que
10 eram as dificuldades e o que pretendiam, não só para 2024 para também para 2025.

11 Referiu que se diz que o orçamento era de extrema importância para a vida do concelho e dos
12 cidadãos, apresentando três marcos importantes, o Hospital Central do Alentejo, o Centro de
13 Congressos e Évora Capital Europeia da Cultura, sendo estas as opções tomadas, e ao ver
14 separadamente a freguesia de Nossa Senhora de Machede não se podia queixar, em relação à
15 generosidade da Câmara Municipal para 2024, se se vier a comprovar. Contudo, não ficando
16 alheio ao que seria para a generalidade do concelho, a forma de construção daquele orçamento
17 deixou-o um pouco dececionado, intuindo que não se estava a fazer tudo o que era possível
18 pelo mesmo, e que posteriormente ser tarde demais.

19
20 **O deputado Francisco Brito** mencionou que tinham o mesmo problema que tiveram para o
21 Orçamento e para o Plano de Atividades de 2023, que era o documento referir ser para 2024,
22 quando, na realidade, continuava a ser um Plano de Atividades plurianual, ou seja, não se trata
23 de um exercício de rigor e também não permitia conseguirem escortinar o que a Câmara
24 Municipal, efetivamente, se comprometia a realizar no ano 2024, portanto a partir do
25 momento em que os projetos estavam inscritos entre 2022 e 2025 não sabem exatamente o
26 que estava a ser proposto para 2024.

27 Em relação a algumas questões, que já tinham sido colocadas aquando do Orçamento de 2023,
28 questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o que foi, de facto, realizado no que toca aos
29 seguintes:

30 - o estudo para a elaboração de projeto do Centro de Interpretação da Malagueira;

31 - o Mercado Primeiro de Maio, que estava inscrito para requalificação;

32 - a realocação do Mercado do Levante do Rossio, que o senhor Presidente informou que
33 iria para o IROMA;

34 - o estudo da taxa turística, se não tinha sido terminado antes da pandemia, porque foi
35 elaborado pelo Laboratório de Turismo da Universidade de Évora, questionando o que era
36 diferente.

37 Relativamente aos resíduos sólidos urbanos, concretamente no Centro Histórico, perguntou
38 quando entrariam em funcionamento, ou se entrariam os contentores da Rua das Fontes que
39 já estavam há cerca de 2 anos sem funcionar. Quanto ao aumento da capacidade de
40 contentorização questionou se aconteceria no Centro Histórico em 2024 e em quantos metros
41 cúbicos iria, de facto, aumentar a capacidade de contentorização, em relação aos resíduos
42 sólidos urbanos e à reciclagem.

43 Sobre os transportes, nomeadamente os autocarros do município, questionou quantos iriam
44 estar ao serviço da Câmara Municipal de Évora, no final de 2024.

45 Quanto às transferências de competências para as juntas de freguesia, alertou novamente para
46 a situação dos autos negociados e em vigor, embora não formalmente assinados, com as juntas
47 de freguesia em 2021, para o ano 2022, antes das eleições autárquicas, destacando que seria
48 importante trabalharem aquela questão e perguntou se iria acontecer em 2024.

49
50 **O deputado Luís Pardal** leu o seguinte documento:

1 “Este orçamento para 2024 e as Grandes Opções do Plano levantam várias questões,
2 principalmente sobre a falta de respostas para as preocupações das freguesias, que são
3 relatadas pelas Juntas de Freguesia à CME.

4 Enquanto Presidente de Junta de Freguesia, gostaria de obter respostas sobre este orçamento
5 para poder transmitir aos munícipes da minha freguesia, que possui uma população de 18000
6 pessoas e 34 bairros/aglomerados populacionais.

7 O grande problema é que não vejo nestes documentos nada concreto e estruturante.

8 Vou dar exemplos concretos da minha freguesia, mas que se aplicam a todo o concelho:

9 1. Quando será feita a requalificação no Largo N^a Sra. da Conceição, no bairro da Câmara?

10 2. Este orçamento responde às necessidades da população do bairro do Granito, que tem sido
11 gravemente afetada por roturas recorrentes no abastecimento de água?

12 3. Este orçamento responde à necessidade de instalar uma nova ponte na Ecopista, que
13 prejudica diariamente centenas de pessoas?

14 4. Este orçamento responde às crianças e famílias que precisam de parques infantis
15 adequados na freguesia?

16 5. Em que medida este orçamento responde às requalificações necessárias nas calçadas?

17 6. O que este orçamento diz sobre as zonas de inundação frequentes? Quais intervenções
18 serão feitas?

19 7. Será em 2024 que teremos a requalificação do Parque Desportivo das Coronheiras "ringue
20 do Bacelo"? Todos os anos é dito que será requalificado...

21 8. E as pessoas que frequentam o Mercado de Levante das Coronheiras? Será em 2024 que
22 ele finalmente será valorizado?

23 9. Em 2024, a CME abrirá o Centro de Dia do Santo António?

24 10. Em 2024, a Garraia terá água da rede pública e a CM1090 será pavimentada?

25 11. Será em 2024 que a CME fará a ligação das escolas à Ecopista?

26 12. Será em 2024 que a CME mudará sua abordagem na limpeza do espaço público? No corte
27 de ervas e também investindo em uma mudança de visão e políticas em relação ao problema
28 dos aglomerados de lixo deixados fora dos contentores... Porque a forma como a Câmara
29 lida com o problema não está resolvendo nada.... Sugiro que se deixe de focar nos problemas
30 e se invista em soluções.... Será em 2024?

31 Por estas e tantas outras razões que poderia continuar a descrever, que afetam a vida e a
32 qualidade de vida dos eborenses, não encontro compromisso nestes documentos...

33 A CME tem mais um ano para demonstrar sua capacidade de concretização e não tem
34 desculpas para não fazer melhor. Infelizmente, a expectativa é baixa com este orçamento, e é
35 ainda mais baixa se esperarmos que as Juntas de Freguesia sejam verdadeiramente levadas
36 em consideração.”

37
38 **O deputado Joaquim Faria** acrescentou que, embora o atual orçamento tenha mais
39 informação, continuam a existir muitas rúbricas cuja definição é pouco clara, sendo que o
40 objetivo era tornar o orçamento mais efetivo, diminuindo, ao longo do ano, as transferências
41 entre rúbricas, para correção do mesmo, salvaguardando razões de força maior que a isso
42 obrigassem.

43
44 **O deputado Gonçalo Costa** disse que, como complemento às intervenções que a bancada do
45 Partido Socialista já tinha efetuado, o Partido Socialista era um partido de responsabilidade
46 política, de governação e que desde o início tinha procurado efetuar uma oposição responsável
47 pela positiva, ou seja, aquilo que tinham tentado exigir o cumprimento, por parte da câmara,
48 era que encontrasse respostas para as necessidades de Évora e dos eborenses.

49 Referiu que, à semelhança de outros anos, também naquele ano tiveram de fazer uma reflexão
50 profunda, relativamente ao sentido de voto que iriam assumir naquele orçamento, uma vez
51 que não reflete, de todo, aquilo que eram as opções políticas e o projeto que o Partido

1 Socialista preconizava para Évora e para o concelho, pelo que reuniram e avaliaram, e o
2 resultado foi que não deveriam impedir o executivo da CDU de concretizar o seu projeto
3 político, apesar de não concordarem com ele. Assim, não dariam à CDU o argumento político
4 de não terem tido condições para concretizar as suas ideias para o concelho e de darem
5 resposta às necessidades da população, porque dali a dois anos quando os eborenses forem
6 votar irão fazer aquela avaliação e vão poder dizer que a CDU teve todas as condições políticas
7 e orçamentais, para dar cumprimento e resposta às necessidades da população e não o
8 conseguiu.

9 Informou que não vão obstaculizar aquele orçamento, que se vão abster, por uma questão de
10 responsabilidade política com Évora e com os eborenses, não vão criar uma situação de
11 desculpabilização perfeita para a CDU poder argumentar que não fez porque não tinha tido as
12 condições e os meios orçamentais para o fazer.

13
14 **O Presidente da Câmara** começou por dizer que o cumprimento dos prazos depende de haver
15 ou não documentos aprovados e quem os aprove, que não havendo maiorias têm de haver
16 negociações ou a viabilização daqueles documentos, tendo isso ocorrido todos os anos e
17 também naquele ano, com a diferença de que no ano anterior começaram por pedir às forças
18 políticas que apresentassem, previamente, propostas para poderem incluir nos documentos.
19 Naquele ano apresentaram um calendário em que avançaram com uma proposta e ficaram a
20 aguardar que as forças políticas apresentassem, aquilo que entendessem, e, naturalmente, que
21 se aquele documento não tivesse sido aprovado na reunião de câmara não estariam ali a
22 discutir os documentos, portanto, foi determinante a correlação de forças do voto dos
23 eborenses.

24
25 Lembrou que a CDU, durante vários anos, andou a recuperar aquilo que herdou do Partido
26 Socialista, que os números e as situações são conhecidos e que ainda estão a pagar 5 milhões
27 de euros, por ano, entre as amortizações e os juros dos empréstimos do Plano de Saneamento
28 Financeiro que tiveram de realizar, portanto, obviamente, existiram constrangimentos que
29 deveriam ser tidos em conta e ser colocados de uma forma verdadeira, pelo que destacou a
30 importância da realização daquele enquadramento.

31
32 Ainda sobre o orçamento reafirmou que não defendia que tivessem que aumentar os
33 orçamentos para garantir os cabimentos, pelo contrário, há muito que defendia que aquilo não
34 deveria ser feito, mas era obrigatório por lei, sendo que o que deveria existir era a
35 possibilidade de se dizer exatamente qual era a dívida que transitava e cabimentar apenas
36 aquilo que dizia respeito àquele ano, por isso não têm outra solução, mesmo que saibam que
37 não vão pagar. Esclareceu, ainda, que há muito tempo que batalha pela transparência nas
38 contas e que esperava que aquele novo sistema de contabilidade ultrapassasse o problema,
39 mas infelizmente não ultrapassou.

40
41 Quanto à capacidade creditícia da câmara, informou que não iria ser diminuída, pois os
42 Orçamentos de Estado só permitiam a utilização de 20% daquela capacidade e, se o
43 empréstimo que propuseram fosse aprovado, ainda naquele ano, não haveria nenhuma redução
44 da capacidade creditícia para o próximo ano, o que era um dado importante.

45
46 Sobre a questão da habitação evidenciou o problema e afirmou que havia quem dissesse que
47 teria de ser a câmara a resolvê-lo, mas referiu que, assim, também teriam de dizer como é que
48 a câmara o resolveria apenas por via camarária, quando não dominavam a criação dos preços
49 que determinavam o que existe no mercado, ou seja, não basta dizer que a câmara tem que dar
50 resposta.

1 Salientou que a câmara tinha, naquele momento, mais de 900 habitações sociais, e que se não
2 as tivesse a situação seria ainda pior, sendo que uma parte daquelas habitações surgiu na altura
3 em que os organismos do Estado, que tinham a competência de responder à situação da
4 habitação, que havia em Portugal, foram desmantelados, ou parcialmente desmantelados, e
5 foram sendo efetuadas transferências para os municípios.

6
7 No que diz respeito às questões de competitividade, salientou que Évora nunca tinha tido tanto
8 investimento privado como naqueles últimos anos, e que continua a ter, situação demonstrada
9 pelas estatísticas, e refere o exemplo da instalação de uma das grandes empresas mundiais, a
10 KPMG, que tinha um escritório com 30 trabalhadores pretendendo aumentá-lo para 100,
11 podendo referir um conjunto de outros exemplos visíveis.

12
13 Assumiu que têm, de facto, problemas na rede viária, que são conhecidos, e também na
14 limpeza pública, e que poderiam sempre dizer que têm de dar resposta, mas, como tem
15 referido, não era possível responder a tudo, ou então tinham que arranjar cerca de 16 milhões
16 de euros para resolver o problema da rede viária. Destaca, assim, que têm de ser analisadas
17 cada uma das questões e quantificados os montantes necessários para responder a tudo, e que
18 isso não era possível, pelo que têm de se realizar opções. Como é evidente, referiu que outros
19 escolheriam outras opções, e aceitava isso perfeitamente, mas naquelas condições nenhum dos
20 que ali estava responderia àquelas questões, uma vez que não existiam verbas municipais nem
21 financiamentos que permitissem garantir as respostas.

22
23 Relativamente às questões de política fiscal, indicou que a declaração de voto da CDU, na
24 reunião de Câmara, esclareceu a posição do partido e referiu que, em relação ao IMI, defendeu
25 que deveriam ter a taxa mínima, relativamente ao IRS entenderam que não se devia reduzir,
26 porque iria favorecer sobretudo quem mais paga e não quem menos paga, e que fariam uma
27 redistribuição daquele valor na área social. Quanto à derrama das empresas que têm lucro
28 defenderam a isenção, que já está em vigor para as empresas mais pequenas e que deveria
29 haver uma taxa progressiva das pequenas empresas para as grandes empresas.

30 Realçou que era a política fiscal que defenderam, obviamente com responsabilidade, porque
31 face à situação de equilíbrio da câmara, terão de ter algum cuidado na redução dos impostos
32 para não terem consequências, como já houve anteriormente quando a declaração de
33 desequilíbrio financeiro obrigou a que os impostos fossem todos colocados no máximo,
34 durante vários anos.

35
36 Sobre a pergunta se algum vereador teria dado algum contributo, em relação aos projetos das
37 freguesias, mencionou que o senhor Vereador Alexandre Varela negociou com as freguesias
38 e tinha tido a oportunidade de colocar todas as questões das mesmas. Naturalmente, nem todas
39 foram respondidas, mas têm tentado responder a muitas das colocadas.

40
41 Salientou que os documentos que apresentaram foram além do que a lei determinava, que
42 poderiam ter apresentado documentos ainda mais simples, mas foram muito além para tentar
43 clarificar melhor, embora pudessem dizer que ainda não eram suficientes.

44
45 Em relação à taxa turística lembrou que foi realizada uma ampla discussão pública, em que
46 foram ouvidos todos os setores e que tinha sido elaborado um documento, mas, entretanto,
47 ocorreu a pandemia e, por razões óbvias, não houve condições para avançar. Referiu que, com
48 exceção da área da hotelaria, houve um consenso generalizado da necessidade da taxa turística
49 e foi nesse sentido que elaboraram o documento, pelo que pretendem recuperar e atualizá-lo
50 para o colocar à discussão e verificarem se avança.

1 Distinguiu a delegação de competências nas freguesias e a transferência de competências,
2 sendo esta última a discutida, de acordo com a lei que foi produzida pelo Governo, tendo sido
3 realizado um trabalho sério e quantificado, e destacando que o valor tem sido elevado de
4 acordo com o que era aumentado por via do Orçamento de Estado e, naturalmente, poderia
5 ser discutida a eventual Delegação de Competências, mas era uma situação diferente.

6
7 Deixou claro que, obviamente, aquelas Opções do Plano e Orçamento que estavam a
8 apresentar procuravam, também, responder a diversas questões propostas por várias forças
9 políticas e que já tinha demonstrado que havia soluções, que se tivessem a maioria absoluta
10 adotariam de forma diferente, uma vez que têm um projeto político que acreditam que seria o
11 melhor para Évora.

12
13 Reafirmou que continuavam disponíveis para conversar sobre aquelas questões, verificando
14 os recursos e a capacidade de resposta às questões, que ao dizerem que podiam fazer tudo
15 estariam a enganar as pessoas. Queriam as estradas todas arrançadas, assim como resolvidas
16 as questões ligadas à rede de águas, ao saneamento, ao espaços verdes, à habitação, mas não
17 era possível, num curto prazo de tempo, pois trata-se de milhões, pelo que isso terá de ser tido
18 em consideração.

19
20 Referiu, também, a questão da água, por ser um dos problemas que lhes causava fragilidade
21 no equilíbrio das contas municipais, pois estão a pagar cerca de 6 milhões de euros por ano às
22 Águas do Vale do Tejo. Assim sendo, poderiam aumentar, de forma significativa, as tarifas
23 de água, não sendo a sua opção, embora todos os governos, ao longo dos anos, venham
24 dizendo para se aumentar as tarifas, para cobrir o valor da água, mas o mais grave era dizerem
25 que os municípios tinham autonomia, mas que não a podiam ter naquela área e que só haveria
26 investimentos em baixa se aceitassem a entrega às Águas de Portugal. Entenderam não aceitar
27 porque, em termos de tarifa, iria prejudicar os eborenses e porque existiam alternativas, como
28 em vez de terem um sistema multimunicipal de água, poderem ter um sistema de água pública,
29 que reduziria substancialmente a fatura de água e voltaria a transferir para a câmara a
30 capacidade de decisão estratégica.

31
32 Concluiu afirmando a sua disponibilidade para discutir, com todas as forças políticas, as
33 questões estruturantes para o concelho, de forma a tentarem encontrar consensos.

34
35 Relativamente a Évora Capital Europeia da Cultura 2027, **o deputado Luis Ramalho**
36 perguntou o que estava pensado ou previsto para que as freguesias do concelho se sentissem,
37 realmente, envolvidas naquele acontecimento que considerava de grande importância para
38 todos, para Évora e para a Região do Alentejo.

39 Sobre o cadastro e defesa dos caminhos rurais como públicos, considerou que era importante
40 o registo dos caminhos, para se saber a quem pertenciam, quem tinha o dever ou a obrigação
41 de os manter e também para não poderem mudá-los de sítio ou cortá-los, destacando ser um
42 investimento importante e lembrando que a Junta de Freguesia de São Miguel de Machede
43 também tem várias situações com caminhos rurais, não classificados como municipais, e que
44 era importante que fossem cadastrados e registados em nome do município ou da junta de
45 freguesia.

46 Sobre a rede viária apontou ser uma situação em que a câmara dizia não ter capacidade para
47 tudo, por serem mais de 500 quilómetros, mas salienta ter de se investir mais, nomeadamente
48 na limpeza de bermas e valetas, caso contrário, deteriorar-se-ão aqueles pavimentos que
49 posteriormente iriam custar milhares de euros na sua reparação. Refere, ainda a importância
50 da drenagem das águas pluviais, para manter as estradas em boas condições de circulação, até
51 pela questão da segurança rodoviária, salientando que as juntas de freguesia estavam

1 disponíveis para contribuir com a colocação de algum equipamento e de funcionários para
2 ajudar. Desta forma evidencia que deveria haver uma maior colaboração, pois ao darem
3 conhecimento das situações nas suas freguesias, que são da competência e responsabilidade
4 do município, era com o intuito de serem melhoradas.

5 Em relação aos imóveis que são sede das juntas de freguesia, mas que são propriedade do
6 Município de Évora, referiu que houve uma atualização dos números de polícia e precisaram
7 de uma certidão para poderem realizar, atualizar alguns registos e informar outras instituições
8 e não conseguiram por ser propriedade da câmara municipal.

9 Em relação ao protocolo da antiga Escola do Foro das Pombas, que tem andado entre o
10 Gabinete Jurídico e o Gabinete do Património há vários anos, perguntou porque não se resolvia
11 um protocolo de cedência de uma escola que já esteve num edital, sendo que a junta de
12 freguesia concorreu, mas nunca soube o resultado.

13 Sobre o Plano Local de Habitação, lembrou que já tinham tido reuniões, tendo sido
14 apresentado um estudo prévio sobre um loteamento em São Miguel de Machede, onde foram
15 disponibilizados terrenos privados para cederem, com uma parceria, ao Município e que têm
16 arruamentos já urbanizados, em frente àqueles terrenos, e que não iriam sofrer alterações com
17 o PDM, porque são zonas para consolidar, mas aqueles proprietários ainda não foram
18 contactados. Referiu falar-se muito na falta de habitação, mas destaca a existência de
19 instrumentos legais que podem minimizar aquela situação, nomeadamente o que está na lei
20 sobre a aplicação da majoração do IMI nos prédios devolutos, degradados e em ruínas, e
21 perguntou porque não o faziam, alvitando que se as pessoas vissem todos os anos o IMI mais
22 caro, teriam de arrendar, vender ou doar as casas, assim como o oposto, se fossem recuperadas
23 veriam a minoração do IMI.

24 Sobre as áreas de reabilitação urbana, que foram criadas nas freguesias rurais, mencionou que
25 ninguém soube que existiam nem o que se passou com elas, provavelmente até já nem são
26 legais, e concluiu que são aqueles processos que podiam ser simples e podiam aligeirar as
27 situações, sempre com a disponibilidade das juntas de freguesia.

28

29 **O deputado José Figueira** começou por dizer que ouviram com atenção tudo o que os colegas
30 das diferentes forças políticas disseram, sobre as suas preocupações e que, obviamente,
31 estavam ali confrontados com um orçamento de 103 milhões de euros que, perante a correção
32 daquele ano, era um aumento de 23,4% e que era a partir daquele número que teriam de ter
33 atenção. Embora cada uma das forças políticas tenha efetuado as leituras e os ângulos de
34 abordagem que entendeu, o que ouviram foram preocupações, sugestões e propostas de acordo
35 com os seus projetos políticos, o que considerou natural num debate em torno de um
36 instrumento de planeamento, com a importância do Orçamento e as Grandes Opções do Plano.
37 Salientou que também os membros da CDU fizeram reflexões em torno daquele orçamento,
38 porque estão a falar num Plano Plurianual de Investimentos e de desenvolvimento de um
39 conjunto de atividades, que muitas vezes podem ser concretizadas no primeiro ou no último
40 ano do mandato, ou até transitarem para outros mandatos.

41 Lembrou que, de 2013 até 2020/2021, o município esteve no Programa de Apoio à
42 Economia Local, o PAEL, em que dificilmente teve autonomia administrativa, política e
43 financeira para tomar as medidas que considerava importantes, não esquecendo a situação da
44 crise derivada da Covid e dos seus impactos na economia, que levantaram igualmente um
45 conjunto de constrangimentos. Acrescentou que, presentemente, são confrontados com um
46 quadro político, económico e social complexo, problemático, no plano nacional e
47 internacional, em que a incerteza sobre o presente e o futuro se agrava, e em qualquer
48 momento se poderão agravar ainda mais as condições de vida dos trabalhadores, dos
49 reformados e das famílias.

1 Destacou as preocupações com a ofensiva desenvolvida contra os Serviços Públicos de
2 proximidade, com a perda dos direitos à saúde, assim como os problemas dos profissionais na
3 educação e nas escolas públicas.

4 Considerou que foi naquele quadro que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento foram
5 desenvolvidos, com a transparência traduzida pela intervenção do senhor Presidente da
6 Câmara e com o desenvolvimento de um conjunto de projetos previstos, de interesse para o
7 desenvolvimento do concelho de Évora, assim como a disponibilidade do município em
8 participar e colaborar com o Governo, como o caso do novo Hospital Central do Alentejo, em
9 que os projetos das infraestruturas estavam prontos e que o protocolo foi assinado, entre o
10 Governo e o município, durante a Feira de São João, portanto, existe um conjunto de
11 compromissos naquela área.

12 Realçou ainda que o município disponibilizou, no seu orçamento, o montante de 2 milhões e
13 500 mil euros para investimento no Plano Local de Habitação, que ainda poderá ser
14 incrementado com os acordos com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).
15 Em relação à Capital Europeia da Cultura, salientou o acompanhamento do município para a
16 concretização dos fundos do Turismo e do Portugal 2030, assim como para a criação da
17 Associação Évora 2027 e lamentou que o Governo, em Conselho de Ministros, tenha aprovado
18 a criação da Associação Évora 2027 sem que, até àquele momento, tenha sido disponibilizado
19 o texto do decreto-lei, assim como a autorização para despesa relacionada com a parte dos
20 investimentos.

21 Considerou que não havia nenhuma irresponsabilidade do município no acompanhamento e
22 na disponibilização de todos aqueles processos, assim como o acordo que foi feito com a
23 Administração Regional de Saúde, em relação à construção das Extensões de Saúde, com um
24 investimento do PRR de 1 milhão e 200 mil euros, que poderia ali elencar um conjunto de
25 investimentos que estavam previstos em outras áreas. Realçou que as Grandes Opções do
26 Plano têm um orçamento de mais de 59 milhões de euros, em que 35 milhões de euros irão
27 ser investidos nas funções sociais, portanto, havia efetivamente um esforço por parte do
28 município para responder às preocupações.

29 Concluiu que, como havia dito inicialmente, também, dialogaram, reuniram, conversaram e
30 discutiram uns com os outros, e que a bancada da CDU iria votar favoravelmente.

31

32 **O deputado José Piteira** referiu que, embora se soubesse que para a rede viária havia 3
33 milhões de euros, no orçamento estava contemplada a reparação da Estrada Municipal 534,
34 que tem ligação direta com a Freguesia de Nossa Senhora de Machede por isso seria
35 importante que aquela estrada fizesse mesmo parte da rede viária para 2024. Salientou constar,
36 ainda, do orçamento, a ecopista Reguengos - Évora, com o acordo com a CIMAC, e alertou
37 para a facilidade da sua utilização por viaturas, que já se verifica, ou seja, ser criada alguma
38 proteção ou algum obstáculo para que não se tornasse numa via rápida.

39

40 Sobre a questão dos lixos, reafirmou o pedido da Junta de Freguesia à Câmara para que
41 ajudasse no sentido de sensibilizar as pessoas, com informação junto dos contentores, a
42 enquadrar as coimas e as multas, inerentes ao facto de deixar o lixo fora dos contentores.

43

44 **O deputado Francisco Figueira** considerou que o debate tinha deixado claro o que se passava
45 nos órgãos autárquicos do município, em que tinham as forças da situação e a força da
46 alternativa, que o PSD tinha realizado na reunião de câmara a sua declaração de voto, em que
47 se pronunciou acerca do que pensava e do que achava sobre o 11º Orçamento da gestão CDU,
48 no Município de Évora, mas destacou ser tempo de olharem para a frente e não apenas para
49 aquilo que estava para trás.

50 Relembrou que o PSD, apresentou 35 propostas para o orçamento de 2022 e em 2023
51 propuseram 60 medidas, sendo que a câmara, liderada pela minoria CDU, não executou

1 nenhuma delas e, portanto, estavam perante um completo “inconseguinto” da gestão CDU
2 e que da parte do PSD estarão do lado da maioria dos eborenses, que não se reveem naquela
3 gestão, que perceberam e compreenderam a posição das outras forças que não estavam no
4 executivo da CDU, mas que procuraram através da abstenção comprometerem-se ou darem
5 mais uma oportunidade àquele executivo que estava muito aquém daquilo que era a ambição
6 dos eborenses e que a cidade merecia.

7 Mencionou ter ouvido com atenção as intervenções dos senhores Presidentes de Junta, em que
8 o Presidente da Freguesia de Nossa Senhora de Machede perguntou, por exemplo, o que
9 tinham feito, realmente, os vereadores relativamente à sua freguesia. Disse que os seus
10 vereadores, desde 2017, se têm debatido pela zona industrial de Nossa Senhora de Machede e
11 que o Senhor Presidente da Junta também o tem feito reiteradamente, mas que, em 20
12 dezembro de 2024, irão estar ali a tratar do orçamento para 2025 e que o Senhor Presidente
13 da Junta irá manifestar as mesmas preocupações porque a zona industrial de Nossa Senhora
14 de Machede ficará outra vez sem estar concluída.

15 O Presidente da Junta do Bacelo e Senhora da Saúde elencou um conjunto de questões
16 questionando se seria daquela vez que iria acontecer, respondendo que em 20 de dezembro de
17 2024 iria repetir tudo o que disse, porque certamente estaria igual. Não estando conformados
18 com a situação que se vivia, estavam orgulhosamente a votar contra aquele orçamento e
19 conscientes da responsabilidade que tinham de responder, não à minoria que presidia a
20 câmara, mas aos eborenses que lá fora têm as preocupações que todos ali manifestaram sem
21 exceção, mas que depois não foram capazes de ser consequentes nas decisões que tomaram, e
22 foi esse apelo que ali deixou para futuro.

23 Referiu que também ouviu com grande interesse, e até alegria, as preocupações do Partido
24 Socialista, relativamente ao equilíbrio orçamental e ao rigor que era necessário no orçamento,
25 mas no distrito houve cinco intervenções do PAEL, no Alandroal, em Borba, em Mourão, em
26 Évora e em Reguengos de Monsaraz, todas câmaras geridas pelo Partido Socialista, portanto,
27 ainda bem que o Partido Socialista colocou a sua preocupação embora aquele orçamento
28 também não respondesse à mesma, mas compreenderam que eles estavam mais preocupados
29 em continuarem a acreditar na minoria que preside a câmara, sendo que eles já saíram daquela
30 situação e estavam muito confortáveis por estarem ao lado dos eborenses.

31 Disse que tinha duas questões a colocar ao Presidente da Câmara, que não tinham diretamente
32 a ver com o orçamento, mas tinham a ver com aquele “inconseguinto” a que assistiram nas
33 mais diversas áreas, e começou por perguntar se já tinha tido a iniciativa de pedir ao Governo
34 para lhe ser entregue o decreto-lei que aprovou os Estatutos da Associação Évora Capital
35 Europeia da Cultura, já aprovado em Conselho de Ministros, portanto, obviamente já
36 existente.

37 Também perguntou se a realocização do parque, onde estão os serviços de Higiene e Limpeza
38 Pública, na Avenida São João de Deus, já tinha uma data marcada porque aqueles serviços
39 não deveriam funcionar em cima de um imóvel classificado como Património Mundial e
40 pareceu-lhe que já teria havido tempo para a sua realocização no Parque Industrial, mas os
41 dois anos do “inconseguinto” ainda não o tinham permitido.

42 Considerou que tomaram a decisão de se afastar daquela gestão porque entenderam que era
43 insuficiente para a cidade e para os eborenses e estavam, como sempre estiveram, disponíveis
44 para um acordo que resolvesse as dificuldades da cidade, e que têm a noção da dispersão
45 eleitoral que houve, assumindo aquela responsabilidade.

46 Concluiu que não o fizeram com preconceitos ideológicos nem pessoais, que estavam abertos
47 à população, naquilo que foram as decisões que a população tomou pelo voto, não foram ali
48 dizer que estavam disponíveis para um acordo de esquerda, que se não fosse de esquerda era
49 negativo, porque os acordos de esquerda conduziram o SNS à situação em que se encontra,
50 que estão ali para resolver o problema de cada um dos eborenses e não para fazerem pactos e

1 palavras que são ditas, muitas vezes de forma muito eloquente, mas que não resolvem os
2 problemas das populações.

3
4 **O deputado Gonçalo Costa** recordou que 11 anos era tempo suficiente para deixarem de
5 ouvir sistematicamente as reiteradas desculpas porque não estavam a falar de um executivo
6 que tinha assumido funções num primeiro mandato, estavam a falar de quem já geria os
7 destinos da Câmara há 11 anos e se não conseguiu arranjar alternativas e soluções para um
8 conjunto de problemas era responsabilidade própria, pelo que considerou que já tinha passado
9 o tempo de quererem utilizar sempre argumentos e cortinas de fumo para disfarçarem algumas
10 fragilidades do executivo, por culpa própria, que não conseguiram ultrapassar.

11 Expôs que um fator de avaliação do bom ou mau desempenho de uma Câmara Municipal era
12 a taxa de execução dos projetos, porque uma coisa era colocarem verbas em orçamento que,
13 obviamente, tem a sua relevância, mas depois o que interessava era a real execução dos
14 projetos e dos investimentos, e perguntou, relativamente àqueles projetos que estão inscritos
15 em orçamento, qual a taxa real de execução daqueles projetos.

16 Considerou que nunca tinham existido tantas oportunidades de financiamento no país, como
17 naquele momento, que existiam vários mecanismos financeiros e várias fontes de
18 financiamento para o município e para a concretização de um conjunto de obras e de
19 investimentos estruturais para a cidade e a Bancada do Partido Socialista sentiu que não existiu
20 a capacidade de absorção e captação de um conjunto de fundos disponíveis para utilização ao
21 serviço da população, sendo responsabilidade própria e intrínseca do município.

22 Relembrou que já tinha solicitado ao senhor Presidente da Câmara a informação sobre o tempo
23 médio dos pagamentos e dos licenciamentos camarários, sem ter obtido resposta, e referiu que
24 os últimos eram determinantes para que alguns empreendimentos pudessem contribuir na
25 resposta aos problemas da habitação e também para que o município encontrasse formas de
26 tornar, dentro do escrupuloso respeito pela legalidade, os licenciamentos mais céleres.

27 Referiu que os preocupa bastante a saída da Câmara Municipal de alguns técnicos
28 extremamente qualificados e experientes e questionou qual o motivo porque os técnicos
29 saíram dos serviços da câmara, e se seria porque não se encontrarem satisfeitos com a forma
30 de trabalhar.

31 Esclareceu que, obviamente, o PS e o PSD pretendem um futuro diferente para o Município
32 de Évora, mas o que os separava largamente era o facto de, desde o início, terem uma posição
33 construtiva no sentido de tentar obrigar, dentro da medida da sua dimensão política, quer em
34 termos de Câmara Municipal quer em termos de Assembleia Municipal, o município a cumprir
35 e satisfazer as necessidades básicas e elementares dos eborenses.

36 Enquanto o PSD tem procurado uma tática oposta, sempre à espera que tudo corresse mal,
37 para poderem capitalizar aquela situação, sem pensarem nos prejuízos para os eborenses, e
38 deu como exemplos de que se votassem contra o orçamento e não facultassem aquele
39 instrumento orçamental importante, para que o município cumprisse as suas obrigações, iriam
40 ter competências transferidas sem as respetivas dotações orçamentais, que lhes permitissem
41 assegurá-las, iriam ter a obrigação do município assegurar as acessibilidades ao hospital e a
42 concretização das infraestruturas e saneamento sem o mecanismo orçamental que o
43 permitisse, e seriam lançados os procedimentos, sem os respetivos cabimentos orçamentais,
44 para todas as iniciativas que se pretendem concretizar com Évora Capital Europeia da Cultura.

45
46 Em relação à questão das contas certas disse que, naquele momento, era uma política do
47 Partido Socialista e, como se tem visto durante os últimos anos de governação do Partido
48 Socialista, contas certas era coisa que naquele momento ninguém os poderia acusar porque se
49 houve partido e Governo que tivesse conseguido ter um superavit a nível das contas foram os
50 últimos governos e sobre as situações de falência no Serviço Nacional de Saúde lembrou
51 que não foram no tempo da geringonça, que foram no tempo do governo do PSD, com os

1 principais cortes orçamentais no Serviço Nacional de Saúde e com a perda de recursos
2 humanos que ainda estavam a tentar recuperar daquele período negro da história, mas que lá
3 chegarão.

4
5 **O deputado Francisco Brito** comentou que aquele padrão que o PS estava ali a adotar era
6 um padrão comum porque, como todos os incendiários, a seguir gostam de ver arder e foram
7 eles, de facto, os incendiários das contas da câmara e era normal que agora estivessem a deixar
8 arder, mas ao falarem de responsabilidade política esqueceram-se de que chumbaram o
9 orçamento da CDU em Viana do Alentejo, que também têm transferência de competências,
10 também têm responsabilidades, mas a verdade é que já não houve responsabilidade política.

11
12 **O deputado Natanael Vinha** referiu que em face da discussão do orçamento, tinha uma
13 pergunta muito direta para realizar ao **senhor Presidente da Câmara** sobre quanto foi o valor
14 da coleta de impostos que a Câmara Municipal de Évora teve em 2014, quanto era o que previa
15 cobrar em 2024 e também quanto foi cobrado em 2009, porque com aqueles três valores
16 podiam refletir sobre uma série de matérias e disse que não era contra a cobrança de impostos,
17 pelo contrário, afirmou que tendo mais recursos era natural que existissem mais impostos.

18
19 Sobre a última questão colocada, **o Presidente da Câmara** remeteu a pergunta para o membro
20 da Assembleia Municipal que a colocou, afirmando que, certamente, fazendo o trabalho de
21 membro da Assembleia Municipal poderia ver as contas publicadas do município e teria os
22 números que tinha acabado de solicitar, realizando, depois, as considerações que entendesse
23 relativamente àquela matéria.

24
25 Sobre a intervenção do deputado Francisco Figueira disse que a compreendia porque estavam
26 em campanha eleitoral e que era natural, uma vez que o PSD já tinha começado a campanha
27 eleitoral há 2 anos.

28
29 Relativamente ao orçamento reforçou que propõe um conjunto de investimentos estruturantes
30 para o concelho e que sem aquele orçamento não seriam possíveis, portanto, aquela era uma
31 questão base tratando-se de 11 milhões de euros para as acessibilidades ao novo hospital, 1
32 milhão e 500 mil euros para a água e o abastecimento ao novo hospital, 3 milhões de euros
33 para a rede viária, 1 milhão e 500 mil euros para a rede de abastecimento público, sendo que
34 para o Plano Local de Habitação, apenas da parte da câmara, serão 2 milhões e 500 mil euros,
35 na Habévora que serão lançados projetos no valor de 22 milhões de euros, e nas questões
36 relacionadas com a educação em que prevê uma média de investimento, no próximo ano, de
37 1 milhão e 200 mil euros.

38
39 Considerou que não se vão resolver todos os problemas de Évora e que vão continuar a dizer
40 que a CDU não fez isto e aquilo, mas fez uma série de coisas e muito mais poderia ter sido
41 feito, mas não aprovando aquele orçamento, os investimentos não seriam feitos e não seria
42 colocarem-se do lado dos eborenses, seria colocarem-se contra os eborenses. Acrescente que
43 quem estava do lado dos eborenses, com seriedade, diria o que se propõem fazer e quais as
44 opções que tomaram e as que não tomaram porque não era possível a sua realização, não
45 havendo dinheiro, podem dizer que escolheriam outras opções, deixariam de fazer as
46 acessibilidades, ou isto ou aquilo, porque são opções, mas não podem dizer que a CDU não
47 fez, porque tem feito e muito.

48
49 **O Presidente da Câmara** destacou que já ninguém se lembrava de como estava o Centro
50 Histórico, em 2013, abandonado, com as casas degradadas, que ninguém já se lembrava
51 daquela situação e, presentemente, não era isso que existia. Atualmente, tinham 170 casas a

1 ser recuperadas por ano, para além das recuperações de edifícios que não eram recuperados
2 há anos, como o Teatro Garcia de Resende, o Salão Central, o Palácio Dom Manuel, o edifício
3 dos Paços do Concelho e outros edifícios da responsabilidade da câmara, que o devia fazer e
4 fez, para terem a credibilidade de dizer aos privados que também eles o deviam fazer.

5
6 Salientou que as divergências que têm não são referentes às opções dos investimentos, são
7 relativamente ao tipo de sistema de abastecimento de água que deveriam ter em Évora e como
8 os consumidores iriam suportar os custos daquele sistema de abastecimento de água ou dos
9 lixos, porque quando falam de descentralização, estão a falar de transferências de
10 competências que não trazem autonomia política às câmaras. Referiu, assim, como exemplo
11 a transferência dos 320 trabalhadores da educação que receberam, em que não tinham
12 autonomia política para decidir sobre eles, e que os municípios apenas pagavam os salários,
13 portanto tratava-se da origem do dinheiro, onde estava em curso um processo de centralização
14 que iria continuar e que já foi afirmado por vários Governos.

15
16 **O Presidente da Câmara** considerou que o essencial eram, de facto, os projetos estruturantes
17 para os eborenses, que têm sempre dito que não seria possível fazerem tudo ao mesmo tempo,
18 que era necessário tomarem decisões, opções, prioridades e era isso que faziam, salientando
19 que com os recursos que têm era o possível, e referiu que o prazo médio oficial de pagamento,
20 naquele momento, estava abaixo dos 90 dias, mas que em 2013 o prazo médio de pagamento
21 estava em 867 dias, não havendo uma única empresa que vendesse alguma coisa à câmara
22 porque tinha que estar à espera. Salienta, assim, serem estas as questões fundamentais para
23 olharem para o futuro, mas sem esquecerem o passado, porque é fundamental para a seriedade
24 na política e para a proximidade com as pessoas, para que estas possam acreditar nos políticos.

25
26 Lembrou que houve determinadas coisas que não conseguiram resolver e que têm referido,
27 mas as 35 propostas que o PSD fez no primeiro ano de mandato foram todas esclarecidas e
28 respondidas, pelo que considerou profundamente injusto dizerem que não foi feito nada. Em
29 relação às propostas de 2023, referiu não existirem porque o PSD quebrou o acordo, não
30 havendo qualquer acordo relativamente às mesmas, mas em relação às acordadas foram
31 facultadas respostas, sendo que em alguns casos estavam ainda a ser dadas respostas e
32 considerou não ser justo dizerem que nenhuma tinha sido respondida, mas que o que estava
33 ali em causa era que 2024 tinha um conjunto de questões estruturantes para Évora em que não
34 se podia falhar, que têm que ser efetuadas agora, caso contrário colocariam em causa um
35 conjunto de questões.

36
37 Para concluir mencionou acusarem a CDU de tudo, mas destacou que a CDU tinha tido o
38 mérito de acreditar que Évora poderia ser Capital Europeia da Cultura, que com um conjunto
39 de instituições preparou a candidatura, e conseguiu o título em que muitos não acreditavam,
40 realçando ser um acontecimento histórico para a cidade, que marcaria o seu desenvolvimento
41 para os próximos anos, não apenas para a CDU, mas para todos. Desta forma, têm de continuar
42 a desafiar a participação de todos, referindo que não será Presidente da Câmara de Évora em
43 2027, mas isso não impediu que desenvolvesse o trabalho para que, em 2027, se possa ter uma
44 grande Capital Europeia da Cultura e que esperava que quem estivesse à frente da Câmara de
45 Évora tivesse a capacidade de dizer que aquela Capital Europeia da Cultura era para servir
46 todos e para o desenvolvimento da cidade.

47
48 **O deputado Francisco Figueira** disse que, dentro de momentos, as forças da situação iriam
49 aprovar ali um orçamento de 103 milhões de euros, o que daria cerca de 2 mil e 500 euros por
50 cada munícipe adulto, pelo que deixou a reflexão aos eborenses se no fim de 2024 o serviço e
51 aquilo que a Câmara de Évora fazia, por cada um deles valia ou não os 2 mil e 500 euros, que

1 constam naquele orçamento. Independentemente das opções políticas e das alternativas que
2 existem, era aquela a reflexão que o povo de Évora deveria fazer e saber se com 103 milhões
3 de euros era possível fazer mais e melhor. Acreditam ser possível, não discutindo o empenho
4 e a vontade que a minoria que preside a Câmara pudesse ter, mas ser necessário um pouco
5 mais, razão pela qual votam contra aquele orçamento.

6
7 **O deputado Natanael Vinha** disse que **o senhor Presidente da Câmara** respondeu à
8 pergunta que efetuou como faz com todos os eborenses, que se dirigem à Câmara com
9 questões, portanto não se sentiu discriminado, mas referiu que uma pergunta simples, de
10 quanto cobrou, não respondeu. Compreendeu, assim, que o senhor Presidente não quisesse
11 falar de coisas desagradáveis porque depois teria de falar dos dias de pagamentos sem
12 qualquer enquadramento, sobre qual era a cobrança de impostos, qual era o momento
13 económico, sobre o que não foi feito nas escolas do Bacelo e Canaviais, sobre as estradas que
14 estavam arrançadas, sobre os milhões que foram gastos em reabilitação urbana. Afirmou que
15 tudo aquilo não existiu, nada daquilo foi herança, porque herança já andam a receber desde o
16 tempo antes dos Romanos a que chamam Património, do PS foi só um mal que lhes calhou,
17 esquecendo o tempo em que a CDU governou Évora desde o 25 de Abril, foi uma mudança
18 para melhor o 25 de Abril, mas ainda assim o tempo Évora era também o espelho de 2 terços
19 da governação, ou mais, da CDU.

20 Referiu que a CDU e o PSD tinham muitas parecenças porque quando foi no tempo da Troica,
21 em que o PSD arrasou com o país, por causa da dívida, diziam eles, depois o PS voltou e
22 conseguiu demonstrar que conseguiriam manter as contas certas, sem terraplanar tudo o que
23 encontravam pelo caminho. A CDU chegou à Câmara e fez exatamente a mesma coisa,
24 queixou-se das dívidas e quase que terraplanou a cidade, disse que estava a falar em sentido
25 figurado, naturalmente, mas que não conseguia exagerar assim tanto como a CDU exagerou
26 sobre as benfeitorias que referiu ter feito. Disse que quando a CDU era oposição na Câmara
27 não interessava o que estava em causa, votava sempre contra, o PSD estava igual, não lhes
28 interessava o que iria acontecer, se iriam ou não haver problemas, se irão ter ou não receitas,
29 se se conseguiria fazer isto ou aquilo, não lhes interessava, eram contra, era uma coerência,
30 portanto o PS iria abster-se sem problemas. Refere, assim, que aquele orçamento era o espelho
31 do fracasso da gestão da CDU porque já se percebeu que não irá ser executado e não irá
32 resultar, mas não vão empatar porque era essa a postura do PS e estava convencido que iria
33 haver uma mudança na gestão da CDU, a curto prazo.

34
35 **O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição**, agradeceu a intervenção do
36 Presidente da Câmara e dos eleitos e não verificando mais pedidos, submeteu a presente
37 Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2024, a votação.

38 39 **Deliberação das Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2024:**

40 **Aprovada, por maioria**, com 10 votos a favor (8 da CDU, 1 do MMPI e 1 do MICAZA), 6
41 votos contra (5 da Coligação Mudar Com Confiança e 1 do Chega) e 17 abstenções (1 do BE,
42 3 do MCE e 13 do PS), com 33 presenças verificadas.

43
44 **O deputado Joaquim Faria** leu a Declaração de Voto do Movimento Cuidar de Évora
45 sobre o Orçamento de 2024 e respetivas Grandes Opções do Plano.

46 *“O MCE congratula-se, em primeiro lugar, pelo facto do Orçamento ter respeitado o*
47 *calendário específico, que consta na lei 73/2013, na sua redação mais recente. Já, na*
48 *votação do orçamento de 2023, o MCE tinha expressado a sua preocupação, que ficou*
49 *registada na declaração de voto que apresentou.*

50 *Sobre esta matéria, Sr. Presidente, os romanos dizem DURA LEX SED LEX.*

1 A documentação recebida mereceu uma análise aprofundada e exaustiva sobre o seu
2 conteúdo, principalmente, em termos de rubricas e cabimentações.

3 O ano de 2024 será decisivo para a execução e conclusão de obras e iniciativas que
4 consideramos estratégicas para o nosso Concelho, nomeadamente: PT2030, Novo Hospital
5 Central do Alentejo, Évora, Capital da Cultura/ 2027 e Plano Local de Habitação. É neste
6 contexto desafiante que o documento é aprovado em reunião pública de câmara e chega à
7 Assembleia Municipal para aprovação.

8 Face aos desafios apresentados e, sobretudo, para dar cumprimento aos superiores desígnios
9 da nossa cidade, rejeitámos liminarmente a possibilidade de não aprovar o documento.

10 O MCE não se revê neste Orçamento. O MCE não tem qualquer responsabilidade na sua
11 elaboração, mas encontra alguns pontos positivos, nomeadamente a introdução da taxa
12 turística, pela qual o MCE sempre se bateu.

13 O MCE deixa algumas recomendações, fundamentais no nosso entender, para os próximos
14 orçamentos, de forma a conseguir um equilíbrio saudável das contas do município vide:

15 - Mitigar a décalage entre despesa e receita;

16 - Incrementar a receita;

17 - Reduzir despesa.

18 O MCE não pode deixar de referir uma nota que se afigura de suprema importância. Após
19 o empréstimo de 3 milhões de Euros, o município irá ficar com uma reduzida capacidade
20 creditícia junto da banca, o que poderá condicionar, e muito, a atividade do município
21 sobretudo na sua ação mais primária.

22 Pesando todo o argumentário que mencionámos, a bancada parlamentar do MCE irá
23 abster-se na votação do orçamento, em consonância com a posição da nossa vereadora
24 Dra. Florbela Fernandes.”

26 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto seguinte.

28 **5. Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Évora para o ano de 2024.**

30 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

32 **O Presidente da Câmara** começou por dizer que o documento que foi distribuído continha
33 uma explicação sobre as propostas apresentadas e destacou que o aumento real que se tem
34 verificado nas despesas com o pessoal, nos últimos 2 anos, e que aconteceria também em
35 2024, decorria da transferência de competências, em particular dos 320 trabalhadores da
36 educação e dos 10 trabalhadores da saúde, assim como alguns acertos que têm vindo a fazer.

38 Realçou que aquele mapa de pessoal procurou a continuação do equilíbrio, reforçando setores
39 onde manifestamente têm que investir mais, com a área da Higiene e Limpeza, e que aquele
40 aumento de custos não está relacionado com o aumento do número de trabalhadores porque,
41 se retirarem as transferências de competências, em 2023 o Município tinha 1064 trabalhadores
42 e no final de 2022 tinha 1329 trabalhadores o que, em termos práticos, tinham menos 44
43 trabalhadores no final de 2022 em relação a 2023.

45 Mencionou, ainda, que o aumento das despesas com pessoal também tem sido por via dos
46 aumentos das remunerações, das prestações e dos custos de saúde que os municípios suportam,
47 assim como, por algum aumento, de horas extraordinárias que se têm realizado, portanto, o
48 mapa de pessoal pretendeu responder não apenas àquele equilíbrio e à substituição dos
49 trabalhadores que saíram, mas também ao acerto da evolução das carreiras, as mobilidades
50 internas e o reforço em algumas áreas onde, manifestamente, têm algumas deficiências em
51 termos de capacidade de resposta, que o mapa de pessoal e o seu valor estavam contemplados

1 no orçamento, como a lei determinava e, portanto, era o que propunham à consideração, tendo
2 em conta a votação na Câmara, que era do conhecimento de todos.

3
4 **O deputado Gonçalo Costa** referiu que não respondeu à preocupação que manifestou com a
5 saída de muitos técnicos, especialmente técnicos qualificados que acrescentavam valor ao
6 trabalho da Câmara Municipal.

7
8 **O Presidente da Câmara** começou por pedir desculpa por não ter respondido e esclareceu
9 que não têm saído muitos técnicos da câmara, sendo que os que saíram eram sobretudo
10 reformados, alguns de grande valia e que, infelizmente, durante algum tempo, não puderam
11 contratar pessoal, não sendo possível fazer a transferência de conhecimentos, pelo que têm
12 procurado colmatar aquelas falhas com novos técnicos e com a respetiva formação dos
13 mesmos. Afirma, assim, a existência de algumas áreas onde sentem uma maior debilidade,
14 como na fiscalização de obras, em que saíram técnicos muito importantes, que estavam há
15 muito na Câmara e que a conheciam muito bem, assim como na administração urbanística,
16 pelo que existem áreas onde tem sido mais difícil obter o nível dos técnicos que saíram, mas
17 têm estado a procurar, sobretudo por via da formação e pela integração nas equipas.

18
19 **O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição,** agradeceu a intervenção do
20 Presidente da Câmara e dos eleitos e não verificando mais pedidos, submeteu o presente
21 Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Évora para o ano de 2024 a votação.

22
23 **Deliberação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Évora para o ano de 2024:**
24 **Aprovada, por maioria,** com 13 votos a favor (8 da CDU, 1 do MMPI, 1 do MICAZA e 3
25 do MCE), 5 votos contra da Coligação Mudar Com Confiança e 15 abstenções (1 do BE, 13
26 do PS e 1 do Chega), com 33 presenças verificadas.

27
28 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto seguinte.

29
30 **6. Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora/
31 Atualização de valores para o ano de 2024.**

32
33 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

34
35 **O Presidente da Câmara** informou que estavam a cumprir apenas aquilo que o próprio
36 regulamento prevê, que era a atualização de acordo com a taxa de inflação, portanto, era o que
37 propunham.

38
39 **O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição,** agradeceu a intervenção do
40 Senhor Presidente da Câmara e verificando não haver pedidos, submeteu o presente
41 Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora/Atualização de
42 valores para o ano de 2024 a votação.

43 **Deliberação do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de**
44 **Évora/ Atualização de valores para o ano de 2024:**
45 **Aprovado por unanimidade,** com 33 presenças verificadas.

46
47 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto seguinte.

48
49 **7. Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais no ano de 2024, no
50 âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.**

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

2
3 **O Presidente da Câmara** lembrou que aquela autorização, como já tinha acontecido em
4 anos anteriores, era sobretudo um instrumento de gestão com um compromisso e uma
5 obrigação legal de apresentação, na Câmara, de toda aquela informação, mas, de facto, permite
6 fazer uma gestão mais fácil e era por isso que se solicitava aquela autorização, que só pode
7 ser requerida no momento em que são discutidas as Opções do Plano e o Orçamento.

8
9 **O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição**, agradeceu a intervenção do
10 Presidente da Câmara e verificando não haver pedidos, submeteu a presente Autorização
11 Prévia para Compromissos Plurianuais no ano de 2024, no âmbito da Lei dos Compromissos
12 e dos Pagamentos em Atraso a votação.

13
14 **Deliberação da Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais no ano de 2024, no**
15 **âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso:**
16 **Aprovado por unanimidade**, com 33 presenças verificadas.

17
18 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto seguinte.

19
20 **8. Contratação de Eventuais Empréstimos de Curto Prazo, no ano de 2024, para**
21 **acorrer a dificuldades de Tesouraria.**

22
23 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

24
25 **O Presidente da Câmara** esclareceu que o que estava para aprovação não era a contratação
26 de empréstimos, era a possibilidade de contratar empréstimos se houvesse necessidade e que,
27 de acordo com a lei, tinha de ser naquela sessão a sua aprovação, que se, de facto, houvesse
28 necessidade, o respetivo processo teria de ir à Câmara e à Assembleia, realçando que não têm
29 utilizado aquela prerrogativa, por entenderem não ter sido necessária.

30
31 **O deputado Gonçalo Costa** referiu esperar que, com a viabilização daquela proposta, o prazo
32 médio de pagamentos da Câmara Municipal fosse reduzido, que mais rapidamente os
33 empresários locais pudessem ver a sua liquidez reforçada, com os pagamentos atempados, por
34 parte da Câmara Municipal, reduzindo assim os constrangimentos que alguns têm, a nível de
35 tesouraria.

36
37 **O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição**, agradeceu a intervenção do
38 Presidente da Câmara e do Deputado e, não verificando mais pedidos, submeteu a presente
39 Contratação de Eventuais Empréstimos de Curto Prazo, no ano de 2024, para acorrer a
40 dificuldades de Tesouraria a votação.

41
42 **Deliberação da Contratação de Eventuais Empréstimos de Curto Prazo, no ano de 2024,**
43 **para acorrer a dificuldades de Tesouraria:**
44 **Aprovado por unanimidade**, com 33 presenças verificadas.

45
46 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto seguinte.

47
48 **9. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2024.**

49
50 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

1 **O Presidente da Câmara** informou que mantinham a mesma proposta do ano passado, com
2 a redução da taxa consensualizada, para uma descida de 0.4 para 0.38, que a taxa fixa para os
3 prédios rurais de 0.8 se mantinha e sobre as restantes prerrogativas, que foram ali faladas, do
4 agravamento dos prédios devolutos e degradados e da majoração para prédios em reabilitação
5 também se mantêm, bem como as questões previstas no artigo do IMI, relativamente às
6 famílias numerosas.

7
8 **O deputado Francisco Brito** referiu ter colocado ao Senhor Presidente a questão sobre a
9 isenção de IMI no Centro Histórico e que agradecia uma resposta.

10
11 **O Presidente da Câmara** recordou que, durante muitos anos, tinha havido o entendimento
12 de que deveria haver isenção do IMI no Centro de Histórico de Évora, como nos outros
13 Centros Históricos, pela conjugação da Lei do Património com a Lei dos Benefícios Fiscais,
14 que só depois de muitos anos o Supremo Tribunal Administrativo deu razão àquela pretensão
15 e foi decretada a isenção, que foi aplicada durante um ano e infelizmente não foi aplicada
16 automaticamente, como o Tribunal e a Lei tinham decidido, pelo que os proprietários tinham
17 de requerer às Finanças aquela isenção.

18
19 Mencionou que, no Orçamento de Estado, que estava em vigor, aquela isenção terá
20 desaparecido, o que significava que a partir do próximo ano provavelmente voltarão à situação
21 que tinham anteriormente embora, aparentemente, haja uma intenção para passarem aquela
22 decisão para as Câmaras. O problema é que, quando a isenção era efetuada pelo Estado, havia
23 a obrigatoriedade do Estado compensar os municípios, mas se passarem para as câmaras tem
24 dúvidas sobre se essa obrigatoriedade se manterá, pelo que ainda estão a esclarecer aquela
25 situação, mas a informação que têm é que a partir do próximo ano o IMI voltará a ter de ser
26 pago, no Centro Histórico de Évora.

27
28 **O deputado Francisco Brito** começou por agradecer o enquadramento histórico e mencionou
29 conhecer bem a situação. Referiu que, na verdade, foi sempre transmitido pelo Governo que
30 a isenção poderia continuar se fosse decisão da câmara, destacando que sabiam que o Governo
31 do Partido Socialista estava a tentar uma decisão nacional, para encargo dos municípios, que
32 a CDU também se debateu sempre pela isenção do IMI, portanto perguntou se a CDU
33 mantinha aquela posição de isenção do IMI, mesmo que fosse ao nível da Câmara Municipal
34 e do seu esforço.

35
36 **O Presidente da Câmara** salientou que entendem tratar-se de uma questão nacional e, assim
37 sendo, naturalmente teria de haver uma compensação por parte do Estado ao município, mas
38 se o município o decidisse tinha dúvidas que o pudesse fazer, tendo em conta o enquadramento
39 legal de que falou, mas talvez fosse possível por via de alguma norma do Orçamento de
40 Estado.

41 Expôs que sem qualquer compensação, por parte do Estado, significaria claramente que o
42 município teria de suportar aquela redução de impostos, que era um valor ainda significativo,
43 e considerou que era uma situação que teriam de avaliar, uma vez que implicaria sempre uma
44 decisão da Assembleia Municipal, mas que, naquele momento, ainda não se sabia qual seria
45 o enquadramento que o Orçamento de Estado, acabado de aprovar, teria dado para poderem
46 analisar aquela situação.

47
48 **O deputado Francisco Brito** referiu que, de facto, ainda não tinha havido nenhuma
49 compensação ao município, nos últimos anos, pelo que perguntou se o município iria ou não
50 manter a isenção do IMI, porque Governo do Partido Socialista escolheu que aquele encargo
51 era da Câmara Municipal de Évora, como de todas as Câmaras Municipais com Centros

1 Históricos, portanto se o Município de Évora mantinha aquela posição ou se existia alteração
2 da posição porque, de facto, a compensação não tem existido.

3
4 **O Presidente da Câmara** reafirmou que dependendo do enquadramento apresentariam uma
5 proposta à Assembleia Municipal, que era quem decidiria sobre aquela matéria.

6
7 Sobre o PS ter dito que foi o único que se debateu pela descida do IMI e do IRS, a **deputada**
8 **Paula Pita** mencionou ter sido a convergência de toda a oposição, que conseguiu a descida
9 do IMI e do IRS e lembrou que também que fazia parte do programa do MCE, quando se
10 candidatou às Eleições Autárquicas, portanto, não foi só o PS que defendeu a descida daqueles
11 dois impostos.

12
13 **O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição**, agradeceu a intervenção do
14 Presidente da Câmara e dos Deputados e não verificando mais pedidos, submeteu o presente
15 Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2024 a votação.

16
17 **Deliberação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2024:**

18 **Aprovado por unanimidade**, com 33 presenças verificadas.

19
20 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto seguinte.

21
22 **10. Derrama para 2024.**

23
24 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

25
26 **O Presidente da Câmara** comunicou que mantinham a proposta do ano anterior, que foi uma
27 redução da derrama para 1,25% e a isenção para os negócios até 150 mil euros, como a lei
28 possibilita.

29
30 **O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição**, agradeceu a intervenção do
31 Presidente da Câmara e verificando não haver pedidos de intervenção, submeteu a presente
32 Derrama para 2024 a votação.

33
34 **Deliberação da Derrama para 2024:**

35 **Aprovado por maioria**, com 32 votos a favor (8 da CDU, 1 do MMPI, 1 do MICAZA, 3 do
36 MCE, 12 do PS, 5 da Coligação Mudar com Confiança e 1 do Chega) e 1 voto contra do BE,
37 com 33 presenças verificadas.

38
39 **O deputado Bruno Martins** fez a seguinte Declaração de Voto.

40 *“Está-se a criar no país uma ideia muito promovida pela direita e difundida pela*
41 *comunicação social que os impostos são maus e eu Julgo que estamos numa perspetiva*
42 *populista a querer baixar todos os impostos, como há bocado se dizia que é retirar do bolso*
43 *das famílias, é aliviar o bolso das famílias, como se os impostos não fossem para serviços*
44 *públicos que revertem para as famílias e revertem para as empresas e neste caso da derrama*
45 *eu acho profundamente injusto que não se aplique a taxa máxima às empresas que têm lucros*
46 *tributáveis, não estamos a falar das outras que o Bloco de Esquerda defende a isenção,*
47 *estamos a falar de grandes empresas e, portanto, eu fico abismado com esta perspetiva de*
48 *querer baixar todos os impostos quase até ao mínimo e eu pergunto onde é que estas alminhas*
49 *dos outros partidos iam buscar receitas municipais, eu não consigo perceber, pode ser muito*
50 *populista, pode ser muito interessante de os ouvir, para as pessoas que estão lá em casa,*
51 *vamos baixar os impostos de todos incluindo a derrama, vamos baixar a derrama, baixam-se*

1 *os impostos de todos, bem não me parece uma atitude muito responsável mas vocês lá*
2 *saberão.”*

3
4 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto seguinte.

5
6 **11. Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2024.**

7
8 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

9
10 **O Presidente da Câmara** transmitiu que mantinham a proposta que tem sido aplicada porque
11 era um custo, de acordo com a lei, a imputar a algumas empresas de comunicações e, portanto,
12 entenderam que era justa a continuação da aplicação daquela taxa.

13
14 **O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição,** agradeceu a intervenção do
15 Presidente da Câmara e verificando não haver pedidos de intervenção, submeteu a presente
16 Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2024 a votação.

17
18 **Deliberação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2024:**
19 **Aprovado por unanimidade,** com 33 presenças verificadas.

20
21 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto seguinte.

22
23 **12. Participação Variável no IRS para 2024.**

24
25 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

26
27 **O Presidente da Câmara** expôs que, como já tinha tido a oportunidade de dizer, da parte da
28 Câmara manteriam o valor de IRS, mas que preferiam fazer a sua redistribuição e na
29 negociação que houve com as forças políticas na Câmara consensualizaram a redução do IRS
30 para 3,5% e, portanto, foi isso que acompanham.

31
32 **O deputado Gonçalo Costa** disse que o Partido Socialista tinha apresentado uma proposta
33 de redução entre os 3% e os 3,5%, porque achavam que haveria a possibilidade de a redução
34 ser mais significativa, mas que acompanhariam aquela proposta.

35
36 **O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição,** agradeceu a intervenção do
37 Presidente da Câmara e do Deputado e não verificando mais pedidos, submeteu a presente
38 Participação Variável no IRS para 2024 a votação.

39
40 **Deliberação da Participação Variável no IRS para 2024:**

41 **Aprovado por maioria,** com 32 votos a favor (8 da CDU, 1 do MMPI, 1 do MICAZA, 3 do
42 MCE, 12 do PS, 5 da Coligação Mudar com Confiança e 1 do Chega) e 1 abstenção do BE,
43 com 33 presenças verificadas.

44
45 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto seguinte.

46
47 **13. Contratação de empréstimo bancário de médio e longo prazo para**
48 **financiamento de investimentos.**

49
50 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

1 **O Presidente da Câmara** lembrou que aquele processo já tinha ido à Assembleia, para
2 definir os projetos a financiar por aquele empréstimo, que serão exatamente a rede viária e
3 a rede de água e saneamento, discriminados nas deliberações da Câmara e também da
4 Assembleia Municipal, portanto fizeram a consulta e os cálculos, de acordo com o que estava
5 previsto, e naquele momento estavam a fazer a proposta, que foi aprovada em reunião de
6 câmara, para poderem contrair aquele empréstimo bancário.

7
8 **O deputado Francisco Brito** referiu que, nos últimos 10 anos, ouviram reiteradamente o
9 senhor Presidente da Câmara e a CDU falarem do endividamento, do PAEL, dos problemas
10 ao nível da qualidade das contas da Câmara Municipal de Évora e presentemente a estratégia
11 era exatamente a mesma, era enveredarem pelo endividamento, portanto, naquele momento,
12 o que a Câmara Municipal de Évora estava a propor à Assembleia Municipal era que aprovasse
13 a contração do empréstimo de 3 milhões de euros, em que pagaria 700 mil euros de juros a 10
14 anos, ou seja, os próximos dois executivos da Câmara Municipal iriam pagar aquela decisão
15 da CDU, para arranjar as estradas e a rede de águas. Estes que eram dois problemas
16 crónicos do concelho, em que iriam precisar de muito mais do que 3 milhões de euros, e que
17 deveriam ser efetuados com outro tipo de estratégia, nomeadamente ao nível das estradas, com
18 a criação de uma equipa devidamente capacitada, com a devida formação, com os meios
19 adequados para conseguirem, efetivamente, fazer a reabilitação das estradas ao nível do
20 trabalho interno da Câmara e que o que têm visto é uma gestão comunista campeã na
21 contratação de privados.

22 Disse que se questionava se nos dois próximos executivos não haveria a necessidade de
23 arranjar estradas, de arranjar a rede de águas e como é que aquele executivo da CDU queria
24 que a Câmara Municipal de Évora pagasse a componente, que terá que pagar, do investimento
25 na Capital Europeia da Cultura, se não tinha sequer capacidade para resolver o problema
26 crónico das estradas e das águas, com investimento próprio, e tendo de recorrer a crédito.
27 Como iriam resolver o Pavilhão Multiusos, e a componente que tinham que pagar para a
28 programação da Capital Europeia da Cultura, portanto, se calhar estavam a falar de um novo
29 PAEL daqui a mais 10 anos porque havia uma espiral de endividamento que criticaram, mas
30 que estão a seguir.

31
32 **O Presidente da Câmara** registou que o PSD achava que não se deveriam contrair
33 empréstimos e, portanto, ficaria atento às posições futuras do PSD e esclareceu que não iria
34 aumentar a capacidade de endividamento, que poderia verificar nas contas do fim do ano que
35 o endividamento municipal iria diminuir porque aquilo que pagam do Plano de Saneamento
36 Financeiro, e dos outros que vieram detrás, era um valor superior àquele que vão contrair e o
37 endividamento iria diminuir e, portanto, aquela questão não se colocaria.

38
39 Reforçou que o mais importante era responderem a problemas que os eborenses sentem todos
40 os dias, nomeadamente a rede viária e a rede de água e abastecimento, que não iriam conseguir
41 responder a tudo, mas iriam facultar uma resposta, como aliás já tinham começado, para a
42 resolução de alguns problemas, muito sentidos pelos eborenses.

43
44 **O deputado Luís Pardal** solicitou o esclarecimento, ao Senhor Presidente da Câmara, sobre
45 se as intervenções na rede de água tinham previsto uma intervenção no Bairro do Granito.

46
47 **O Presidente da Câmara** recordou que a intervenção a financiar pelo empréstimo estava
48 descrita no documento que têm, onde constavam todos os investimentos e que, para além
49 daqueles investimentos, haveria investimentos efetuados pela própria câmara. Informou que
50 ainda não se sabia se haveria, Fundos Comunitários e se o PT2030 iria financiar alguma
51 daquelas situações, desconhecendo-se, por completo, os regulamentos e confirmando que

1 assim que pudessem intervinham, não apenas no Granito, mas também noutros pontos, onde
2 têm problemas mais graves, sendo que têm estado a definir e a responder às prioridades, de
3 acordo com as situações mais drásticas que têm, na rede de água, no caso concreto.

4
5 **O deputado Francisco Brito** pretendeu dar os parabéns ao senhor Presidente por conseguir
6 endividar-se e mesmo assim ficar com menos dívidas, mas que 1/3 daqueles investimentos
7 propostos não estão a comprar equipamento para poderem resolver o problema crónico do
8 concelho, estão a resolver problemas pontuais e mesmo assim têm de perguntar se realmente
9 era uma resolução, porque 1/3 daquele endividamento era para pagar a intervenção que
10 estavam a fazer junto ao Parque Industrial. Destaca, assim, que visualizando a intervenção,
11 não entrando em questões muito técnicas, mas pensando na mobilidade sustentável, o que se
12 verificou foi a circulação de bicicletas sobre um passeio. Esta foi a solução da Câmara
13 Municipal de Évora, mas dever-se-ia intervir de outra forma porque o que esta fez o PSD não
14 considera investimento, mas se a postura da Câmara Municipal de Évora fosse de dotá-la com
15 capacidades para responder àqueles problemas crónicos, com certeza que a posição do PSD
16 seria outra.

17
18 **O deputado José Figueira** disse não poder deixar de referir que o senhor Francisco Brito
19 muitas vezes se dirigia ao senhor Presidente de uma forma um pouco antipática e considerou
20 que o senhor membro daquela Assembleia tinha que respeitar o senhor Presidente da Câmara,
21 assim como respeitar os que ali estavam, por isso agradeceu que tivesse mais ponderação nas
22 palavras e na forma como as aplicava.

23
24 **O Presidente da Câmara** convidou o Senhor o Deputado a realizar as contas, salientando
25 serem fáceis de fazer. Reafirmou que eram de facto investimentos, porque criaram duas
26 brigadas e adquiriram máquinas para poderem fazer reparações, mas que nem aquelas duas
27 brigadas conseguiam responder a todas as situações, pelo que precisavam não apenas de
28 recorrer a investimento, mas de recorrer a serviços externos e financiamentos e, portanto,
29 estavam a responder a uma necessidade que era sentida pelos eborenses e que era fundamental
30 que se lhe respondesse, para além do investimento que a própria Câmara já efetuou criando
31 as duas brigadas, que estavam a trabalhar.

32
33 **O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição,** agradeceu a intervenção do
34 Presidente da Câmara e dos Deputados e não verificando mais pedidos, submeteu a presente
35 Contratação de empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento de
36 investimentos a votação.

37
38 **Deliberação da Contratação de empréstimo bancário de médio e longo prazo para**
39 **financiamento de investimentos:**

40 **Aprovada, por maioria,** com 24 votos a favor (8 da CDU, 1 do BE, 1 do MMPI, 1 do
41 MICAZA e 13 do PS), 6 votos contra (5 da Coligação Mudar Com Confiança e 1 do Chega)
42 e 3 abstenções do MCE, com 33 presenças verificadas.

43
44 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que, por indicação da Câmara Municipal,
45 o ponto 14 - Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Évora, tinha sido retirado.

46
47 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto seguinte.

48
49 **15. Celebração de Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de**
50 **Escolas do Concelho de Évora para o ano de 2024.**

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

2
3 **O Presidente da Câmara** referiu que, com aqueles contratos interadministrativos, têm
4 descentralizado para as escolas, a transferência de competências que foi centralizada para a
5 câmara, passando, novamente, aquela competência para os agrupamentos e informou que este
6 foi o primeiro ano que o fizeram e com bom resultado, pelo que entenderam que, com alguns
7 acertos, que a experiência ditou, e em diálogo com as Direções dos Agrupamentos, acertaram
8 aqueles novos contratos, que são muito semelhantes aos anteriores, mas que permitiriam, de
9 facto, aos agrupamentos realizarem a sua gestão direta.

10
11 Sobre a transferência de competências nesta área da educação, **o deputado José Figueira**
12 disse que se tinha falado numa equipa de monitorização, que acompanharia aquela
13 transferência de competências e também as transferências financeiras, questionando se
14 naquele momento já haveria alguma identificação sobre os défices, que porventura pudessem
15 existir nas transferências financeiras, para a execução daquelas transferências e como tinha o
16 município colmatado esses eventuais défices, na área de educação.

17
18 **O Presidente da Câmara** disse que se houvesse necessidade o senhor Vereador, que
19 acompanhava, poderia dar mais esclarecimentos, e informou que foi criada uma Comissão de
20 Acompanhamento entre o município e o Ministério da Educação, naquele caso a DGEST, que
21 procurava identificar aquela situação, ou seja, não era uma comissão apenas da câmara, era
22 uma comissão que tinha aquela componente.

23
24 Transmitiu que estavam apurados os valores de 2022, mas ainda não os de 2023, e que em
25 2022 não foi o ano completo, foi só a partir de abril, quando tiveram aquela competência, e
26 que apuraram um défice na ordem dos 70 mil euros, que já apresentaram ao ministério, uma
27 vez que houve um compromisso da Senhora Ministra da Coesão de que os défices da
28 transferência de competências pudessem ser cobertos pelos valores a transferir, e que no
29 presente Orçamento de Estado houve o reforço dos valores para as transferências, portanto,
30 esperam que aquele défice possa vir a ser coberto pela transferência.

31
32 **O deputado Natanael Vinha** sublinhou que o défice das transferências de competências de
33 2022 foi de 70 mil euros, o que daria menos de 1euro e 50 cêntimos por eborense naquele ano,
34 e disse que era só para comparar com os 2 mil e 500 euros que o membro da Assembleia
35 Municipal, Francisco Figueira, tinha referido, como o que cada eborense despendia com o
36 Orçamento Municipal.

37
38 **O Presidente da Câmara** salientou que o défice era, de facto, um problema porque, maior
39 ou mais pequeno, significava que eram retirados 70 mil euros das competências próprias que
40 a câmara tinha de desempenhar e, naturalmente, a reivindicação que têm efetuado sempre era
41 de que deveriam ser cobertas porque, obviamente, os custos devem ser cobertos pelas
42 competências. Recordou que houve um primeiro momento em que um ministro recusou aquela
43 situação, mas que a senhora Ministra da Coesão aceitou e estabeleceu um acordo com a
44 Associação Nacional dos Municípios, em que se diz que seria coberto o custo àquele nível,
45 mas a principal crítica à situação não era o problema do défice, era com a forma como se
46 transferiram competências universais para os municípios, que depois tratavam de maneiras
47 diferenciadas aqueles défices.

48
49 **O deputado Natanael Vinha** disse que o problema não eram as competências universais que
50 eram transferidas para todos os municípios, era o que cada município depois era capaz de fazer
51 com as competências que lhe tinham sido distribuídas e Évora não estava à altura.

1
2 **O deputado Bruno Martins** considerou que, então, o PS concordava, porque não estando
3 Évora à altura, tal como outros municípios, era um erro transferir competências para os
4 municípios, que deveriam ser universais, porque depois têm um país a várias velocidades,
5 neste sentido, deu-lhes as boas-vindas à luta, que a esquerda tem encetado contra aquela
6 transferência de competências.

7
8 **O deputado Natanael Vinha** referiu ter agradecido a pergunta, porque isso lhe deu uma
9 oportunidade de explicar melhor qual era a ideia, pois as regras e as fórmulas de
10 financiamento eram as mesmas, o que era transferido era mais do que era anteriormente gasto
11 pelo Estado Central, fruto daquelas negociações e novos acordos. Destacou que Évora tinha
12 um receio, e que se calhar tinha razão para ter medo de não conseguir fazer o mesmo que
13 outros fizeram e estava a declarar a sua incapacidade e a sua incompetência, porque havia uns
14 que com 10 conseguiam produzir 15 e havia uns que com 10 não conseguiam produzir 7,5 e
15 sentem-se diminuídos, o que compreende, porque havia uma grande incompetência na gestão
16 de tudo, portanto era preciso ficar muito preocupado se lhes quisessem dar mais alguma coisa
17 para fazer, não era só quem tem que fazer depois eram também os cidadãos que têm que ficar
18 muito preocupados de facto.

19
20 **O Presidente da Câmara** revelou não querer entrar naquela discussão até porque tinham ali
21 um ex-diretor de um agrupamento e recordou que estavam a falar de dinheiros que eram
22 geridos pelos agrupamentos e pelos diretores dos agrupamentos.

23
24 **O deputado João Simas** salientou que era precisamente aquela a questão, porque deu a
25 oportunidade a determinados municípios, e conhecem alguns casos, para que houvesse
26 demasiada interferência na autonomia das escolas e disse que ainda bem que em Évora se
27 fazia de forma diferente.

28
29 **O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição,** agradeceu a intervenção do
30 Presidente da Câmara e dos Deputados e não verificando mais pedidos, submeteu a presente
31 Celebração de Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas do Concelho
32 de Évora para o ano de 2024 a votação.

33
34 **Deliberação da Celebração de Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de**
35 **Escolas do Concelho de Évora para o ano de 2024:**

36 **Aprovada, por unanimidade,** com 33 presenças verificadas.

37
38 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto seguinte.

39
40 **16. Regulamento Municipal – INCLUIR-TE.**

41
42 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

43
44 **O Presidente da Câmara** informou que iria dar a palavra ao senhor Vereador Alexandre
45 Varela, que acompanhava aquela questão, para uma pequena introdução uma vez que a
46 situação estava nos documentos distribuídos.

47
48 **O senhor Vereador Alexandre Varela** esclareceu que aquela proposta decorreu da
49 experiência que têm tido nos ATLS realizados no verão e no Natal, pelo Município de Évora,
50 ao nível da inclusão de crianças, com necessidades educativas específicas, sendo necessário
51 criar algumas regras, relativamente à convivência, à receção e à monitorização daquelas

1 crianças e à forma como poderão, ou não, dispensar todo aquele trabalho. Explicou tratar-se
2 de trabalho diferenciado, do ponto de vista técnico, e por outro lado também deveriam ser
3 criadas condições e regulamentada a forma como as entidades, que têm competências àquele
4 nível, designadamente as IPSS, também pudessem contribuir para um dos propósitos da
5 cidade educadora, que já ali foi elencada, portanto era chamar ao contributo todas aquelas
6 entidades.

7
8 **A deputada Paula Pita** começou por dar os parabéns pelo regulamento e chamou, novamente,
9 a atenção para a questão formal dos documentos que são apresentadas à Assembleia, por
10 exemplo o texto tinha vários espaçamentos diferentes, bem como tipos de letras, não estava
11 justificado, o que lhe pareceu que era importante também, para incluírem toda a gente, que
12 era só mais uma recomendação.

13
14 **O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição**, agradeceu a intervenção do
15 Presidente da Câmara e do Senhor Vereador e não verificando mais pedidos, submeteu o
16 presente Regulamento Municipal – INCLUIR-TE a votação.

17
18 **Deliberação do Regulamento Municipal – INCLUIR-TE:**
19 **Aprovada, por unanimidade**, com 33 presenças verificadas.

20
21 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto seguinte.

22 23 **17. Regulamento de Transmissão áudio/vídeo em direto e online das Reuniões dos** 24 **Órgãos do Município de Évora.**

25
26 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

27
28 **O Presidente da Câmara** salientou que aquela situação, do ponto de vista jurídico, era muito
29 complicada e que tem estado a ser tratada a vários níveis. Informou que os 14 municípios do
30 Alentejo entenderam que deveria ser a CIMAC a acompanhar, porque era um problema geral
31 dos municípios, que tinha muito a ver com as regras do Regulamento Geral de Proteção de
32 Dados e da sua aplicação e que existiam muitas dúvidas, mas que precisavam de ter aquele
33 regulamento e que tinham de respeitar os prazos. Acrescentou que consoante a experiência
34 que viessem a ter e com as contribuições dos membros da Assembleia pudesse haver a
35 necessidade de fazer alterações e sugeriu que concordassem em avançar com aquele
36 regulamento, na forma como estava proposto, porque foi visto juridicamente e elaborado pela
37 CIMAC, e também por existirem algumas exigências das Diretivas Europeias e de prazos que
38 têm que cumprir.

39
40 Apelou que olhassem para o regulamento com alguma atenção porque se houvesse
41 necessidade alterá-lo-iam, mas de facto havia um conjunto de questões que podiam levantar
42 dúvidas e situações porque ninguém tem certezas sobre aquela matéria, por se tratar de uma
43 matéria nova.

44
45 Em relação àquela questão, **o deputado José Figueira** disse que se congratularam com o facto
46 de estarem a analisar um regulamento para normalizar aquelas transmissões, tendo em conta
47 o Regulamento Geral de Proteção de Dados, afirmou que efetivamente têm algumas dúvidas
48 sobre a forma como este estava a ser construído e também no cumprimento das próprias
49 recomendações da Comissão Nacional de Proteção de Dados sobre a matéria das transmissões
50 de áudio e vídeo e como deveriam decorrer.

1 Referiu que o regulamento mencionava a possibilidade de utilização de outras plataformas e
2 questionou como é que o município, usando outras plataformas, para além da plataforma
3 institucional, salvaguardaria um conjunto de recomendações que são dadas.
4 Informou que a CDU iria votar o regulamento e que fariam chegar à Câmara Municipal um
5 conjunto de questões, para saberem efetivamente o que se poderia fazer, no sentido de
6 colmatar algumas questões que consideram serem brechas, que poderão ser exploradas por
7 terceiros.

8
9 **O deputado Francisco Figueira** começou por informar que votarão a favor daquele
10 regulamento, que compreendem a delicadeza de algumas questões jurídicas que foram
11 levantadas, mas que algumas das questões se prendem com um determinado conservadorismo,
12 que as próprias entidades têm quanto àquele tipo de mecanismos.

13 Disse que era entendimento do PSD ser um dever dos eleitos permitirem o escrutínio dos
14 eleitores, relativamente ao seu mandato e, portanto, entende-se que a partir do momento em
15 que o candidato se disponibiliza para uma função, como aquela representação popular, os
16 cuidados, quanto à imagem, deveriam ser cedidos face àquela legitimação democrática que se
17 coloca sobre eles. Naturalmente, deveria ser acautelada a questão da população que ali se
18 desloca e que tem o direito à sua privacidade porque não está no exercício de um mandato
19 conferido pelo povo e aquelas questões têm de ser ultrapassadas, mediante o consentimento.
20 Considera, assim, que vivem, atualmente, numa sociedade aberta, livre, pluralista e
21 escrutinada pelos meios tecnológicos e, portanto, aquele tipo de Assembleias devia sujeitar-
22 se à dimensão tecnológica de escrutínio, mas compreendendo a sensibilidade contrária que
23 indicava pode haver alguma manipulação, daquele tipo de meios, por terceiros, mas julga que,
24 rapidamente, seria consensualizada socialmente a ultrapassagem daquelas dificuldades.

25
26 **A deputada Elmina Lopes** pretendeu esclarecer, um pouco, aquela questão da utilização da
27 imagem e os cuidados a ter com as imagens das pessoas, afirmando que o exercício de um
28 cargo público era público, que aquelas Assembleias eram públicas, que qualquer eborense
29 poderia ir ali, que estariam a expor-se naturalmente porque foram eleitos, porque querem estar
30 e não se estão a esconder de ninguém. Destacou que a transmissão, por vídeo, era útil no
31 sentido de ser mais abrangente, mas se a exposição fosse efetuada em determinadas condições,
32 a imagem daquela Assembleia, e de cada um dos elementos daquela Assembleia, poderia ser
33 utilizada das formas mais perversas, se não fosse salvaguardada. Esclareceu que uma coisa
34 era estar ali a falar perante 1000 eborenses, que a ouviram, registaram e testemunharam que
35 era ela, e outra coisa era ficar gravada a sua imagem e ser utilizada e manipulada, sendo que
36 o que disse poderia ser descontextualizado e serem colocados textos por cima a dizer coisas
37 completamente diferentes. Salienta, assim, que aquele tipo de situação tinha que ser
38 salvaguardada e também as questões políticas porque não sabem quem vai usar, como vai usar
39 e para que vai usar as suas posições e afirmações, e, infelizmente, aquelas questões estão a
40 apresentar-se cada vez com mais acuidade nos dias que correm.

41 Considerou que a questão fundamental era a manipulação, a deturpação e a utilização indevida
42 da imagem, a que estão sujeitos, portanto, a questão é a salvaguarda, pois estão ali para se
43 exporem publicamente e todos os eborenses sabem quem eles são e querem que eles saibam
44 e o que defendem.

45
46 **O deputado Francisco Brito** afirmou ter compreendido perfeitamente o que foi dito e que,
47 obviamente, hoje em dia, e cada vez mais, se colocam aquelas questões, mas que não era só
48 pela questão da gravação da imagem, porque com os meios que existem, como por exemplo
49 a inteligência artificial, era possível criar tudo sem sequer haver gravação de imagens,
50 portanto, também não podem ser tão fechados em relação àquelas questões e considerou que
51 era preciso, de facto, conseguirem chegar às pessoas, porque obviamente os eborenses não

1 iam todos ali e, com aquela transmissão online, conseguiram chegar mais perto dos mesmos,
2 que era o mais importante.

3
4 **A deputada Clara Grácio** considerou que era relevante discutirem para perceberem o que
5 estava em causa, porque era muito mais do que a questão da gravação da imagem, era o
6 armazenamento daquela gravação de imagem, porque uma coisa era ser numa plataforma
7 institucional, outra coisa era ser uma plataforma tipo YouTube, o que era totalmente diferente,
8 e que a questão era a algorítmica desse armazenamento, porque todos pensam que é bom que
9 seja transmitido e gravado, até para memória futura, mas a questão era a salvaguarda, em
10 termos da proteção de dados, da plataforma onde estarão aquelas gravações e que era uma
11 questão que se colocava em todas as instituições.

12
13 **O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição,** agradeceu a intervenção do
14 Presidente da Câmara e dos/as Deputados/as e não verificando mais pedidos, submeteu o
15 presente Regulamento de Transmissão áudio/vídeo em direto e online das Reuniões dos
16 Órgãos do Município de Évora a votação.

17
18 **Deliberação do Regulamento de Transmissão áudio/vídeo em direto e online das**
19 **Reuniões dos Órgãos do Município de Évora:**

20 **Aprovada, por unanimidade,** com 33 presenças verificadas.

21
22 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto seguinte.

23
24 **18. Constituição do Conselho Municipal de Saúde de Évora (CMSE).**

25
26 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

27
28 **O Presidente da Câmara** informou que, de acordo com a legislação da transferência de
29 competências, tinha de ser constituído um Conselho Municipal de Saúde de Évora, que foi um
30 compromisso assumido na Câmara, aquando da transferência de competências efetiva, sendo
31 que aquele processo já está em curso, por parte da Câmara, e em termos práticos era dar-lhe
32 sequência para virem a ter o Conselho Municipal de Saúde, como a lei determinava.

33
34 **O deputado José Figueira** recomendou que a Câmara Municipal corrigisse a certidão daquele
35 ponto, enviada para a deliberação da Assembleia, que dizia que era para eleger um membro
36 da Assembleia e um representante das freguesias, mas o membro da Assembleia representante
37 no Conselho Municipal de Saúde era o próprio Presidente da Assembleia.

38
39 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que na reunião de representantes o PS tinha
40 proposto a deputada Florinda Russo para aquele conselho e, portanto, seria aquele nome a ser
41 votado, se não houvesse mais nenhuma proposta.

42
43 **O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição,** agradeceu a intervenção do
44 Presidente da Câmara e do Deputado e não verificando mais pedidos, submeteu a
45 Constituição do Conselho Municipal de Saúde de Évora (CMSE) a votação.

46
47 **Deliberação da Constituição do Conselho Municipal de Saúde de Évora (CMSE):**

48 **Foi eleita, por votação secreta, com 30 votos a favor e 3 abstenções,** com 33 presenças
49 verificadas.

50
51 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto seguinte.

1
2 **19. Relatório Trimestral de Gestão e de Execução Orçamental – 1º semestre de**
3 **2023 da Habévora, E.M (para conhecimento).**
4

5 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.
6

7 **O Presidente da Câmara** informou da sua disponibilidade para responder a alguma questão
8 que quisessem colocar.
9

10 Não havendo pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal** informou que
11 passavam ao ponto seguinte.
12

13 **20. Relatório de Revisão às Demonstrações Financeiras do Município de Évora**
14 **do 1º Semestre de 2023 (para conhecimento).**
15

16 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.
17

18 **O Presidente da Câmara** reafirmou a sua disponibilidade para responder a alguma questão
19 que quisessem colocar.
20

21 Não havendo pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início ao
22 segundo período de intervenção do público, questionando se havia algum pedido de
23 intervenção. Verificando não haver pedidos por parte do público, o **Presidente da Assembleia**
24 **Municipal** deu por terminada a Ordem de Trabalhos.
25

26 **APROVAÇÃO EM MINUTA**
27

28 **O Presidente da Assembleia Municipal em substituição** informou que a ata em minuta iria
29 ser lida pela 2ª Secretária, Maria da Nazaré Pereira Lança.
30

31 *“Aos 15 dias do mês de dezembro de 2023 pelas 21 horas no Palácio D. Manuel reuniu em*
32 *sessão ordinária Assembleia Municipal de Évora tendo deliberado o seguinte:*

33 *Foi aprovado por unanimidade a proposta de calendarização das Sessões Ordinárias da*
34 *Assembleia Municipal de Évora para o ano 2021; Foi eleito para a Comissão Municipal de*
35 *Proteção Civil o deputado Francisco Brito; Foi eleito para a Comissão Municipal de Defesa*
36 *da Floresta Contra Incêndios o deputado Isidro Lobo; Foram eleitas para a Comissão de*
37 *Proteção de Crianças e Jovens de Évora as deputadas Ana Beatriz Cardoso e Ângela Caeiro;*
38 *Foi aprovado por maioria as Opções do Plano e Orçamento para o ano 2024; Foi aprovado*
39 *por maioria o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Évora para o ano 2024; Foi*
40 *aprovado por unanimidade do Regulamento de Taxas e outras receitas do Município de*
41 *Évora, atualização dos valores para o ano 2024; Foi aprovado por unanimidade a*
42 *Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais no ano 2024 no âmbito da Lei dos*
43 *Compromissos e dos Pagamentos em atraso; Foi aprovado por unanimidade a Contratação*
44 *de Eventuais Empréstimos de Curto Prazo, no ano de 2024, para ocorrer a dificuldades de*
45 *Tesouraria; Foi aprovado por unanimidade a fixação da Taxa do Imposto sobre Imóveis para*
46 *o ano 2024; Foi aprovado por maioria a fixação da Taxa de 1,25% para a Derrama para*
47 *2024; Foi aprovado por unanimidade a Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2024;*
48 *Foi aprovado por maioria a Participação Variável no IRS para 2024; Foi aprovado por*
49 *maioria a Contratação de Empréstimo Bancário de médio e longo prazo para financiamento*
50 *de Investimentos; Foi aprovado por unanimidade a celebração de Contratos*
51 *Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas do Concelho de Évora para o ano*

1 2024; Foi aprovado por unanimidade o Regulamento Municipal INCLUIR-TE; Foi aprovado
2 por unanimidade o Regulamento de Transmissão áudio vídeo em direto e online das reuniões
3 dos órgãos do Município de Évora; Foi Eleita por maioria a deputada Florinda Russo como
4 representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Saúde Évora.”

5
6 **O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição**, colocou a votação a ata em
7 minuta.

8
9 A Assembleia Municipal de Évora deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas as
10 deliberações tomadas da presente ata, nos termos do nº 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei nº
11 75/2013, de 12 de setembro.

12
13 Não existindo mais assuntos para tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal, em**
14 **substituição**, deu por terminada a sessão pelas duas horas e quarenta e cinco minutos, da qual,
15 para constar, se elaborou a presente ata, que os membros da mesa subscrevem e assinam.

16
17 **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM SUBSTITUIÇÃO**

18
19
20
21 _____
22 *Ananias Delfim Courelas Quintano*

23
24 A 1ª SECRETÁRIA

A 2ª SECRETÁRIA

25
26
27 _____
28 *Bernarda Cota*

_____ *Maria da Nazaré Lança*